

Acção Socialista



N.º 1328 19 Maio 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

Grande entrevista ao cabeça-de-lista do PS às europeias, Vital Moreira



VOTAR É VITAL

A oposição ao TGV no nosso país é “verdadeiramente irresponsável”, considera Vital Moreira em entrevista ao “Acção Socialista”. Para o cabeça-de-lista do PS às europeias, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é “globalmente” uma coisa boa para a Europa. Questionado sobre o QREN, Vital Moreira adianta que o grau de execução deste programa de fundos comunitários é muito superior aos que o antecederam.

“Tal como a nível nacional, a luta política a nível europeu trava-se “essencial-

mente entre o PS e a direita”, afirma Vital Moreira, reiterando que as eleições europeias de 7 de Junho são as mais importantes de sempre. O cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu considera ainda que no plano interno, no actual quadro de recessão internacional, “impõe-se um Governo com forte legitimidade e autoridade para fazer sair o país da crise e concluir as reformas” iniciadas em 2005. “Cabe aos eleitores decidir se preferem a instabilidade à reedição da actual maioria parlamentar do PS”, alerta.

10

AUTÁRQUICAS 2009

Marcos Perestrello
Nova exigência para Oeiras



13

APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

ARMANDO ALMEIDA
GOUVEIA
JOÃO AZEVEDO
MANGUALDE
JOVITA LADEIRA
V.R. SANTO ANTÓNIO
AFONSO LOBÃO
VALONGO
ARNALDO FRADE
SANTIAGO DO CACÉM
JOANA LIMA
TROFA
RENATO MATOS
PÓVOA DE VARZIM
NORBERTO PATINHO
PORTEL

Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa, Miguel Freitas, Manuel Mota, Maria Santos, Luís Miguel Ferreira, Carlos Zorrinho

JANTAR / COMÍCIO

CONVITE
Quarta-feira, dia **27 de Maio**, às 19h30

NERCAB - CASTELO BRANCO
(Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco)

COM
JOSÉ SóCRATES E VITAL MOREIRA

CONTAMOS CONSIGO

POR PORTUGAL, MAIS EUROPA

NÓS, EUROPEUS



PARTIDO DA EUROPA

OPINIÃO


LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Dentro de um mesmo município, a mesma pessoa poder ser, simultaneamente, candidato à Assembleia Municipal, e à Câmara Municipal, e a uma freguesia

AUTÁRQUICAS 2009 CANDIDATOS PLÚRIMOS

EM REGRA, para as candidaturas à eleição dos órgãos das autarquias locais vigora o princípio da unicidade.

É por isso que a lei estabelece, taxativamente, que os partidos, as coligações de partidos ou os grupos independentes não podem apresentar mais de uma lista candidata à eleição de cada órgão.

E, na mesma linha, também determina que os partidos que estejam numa coligação não podem apresentar candidaturas do partido, individualizadamente, para além ou fora das listas da coligação.

Também é proibido que um mesmo cidadão subscreva, como proponente de candidaturas independentes, mais de uma lista em relação a cada órgão.

Também ninguém pode ser candidato em mais que uma lista, apresentadas por diferentes partidos, coligações ou grupos.

Outra regra unitária é a de que ninguém pode ser candidato, em simultâneo, a órgãos de autarquias integradas em diferentes municípios.

E, mesmo dentro da área de um município, nenhum cidadão se pode candidatar a mais de uma freguesia.

Contudo, como toda a regra tem excepção, em certos casos a lei permite a candidatura de um mesmo cidadão a mais de um órgão autárquico – as candidaturas plúrimas.

Assim, dentro de um mesmo município, a mesma pessoa poder ser, simultaneamente, candidato à Assembleia Municipal, e à Câmara Municipal, e a uma freguesia.

Mas, num caso destes, terá, a seguir de enfrentar a regra das incompatibilidades, segundo a qual não poderá depois pertencer, ao mesmo tempo, à Câmara e à Junta de Freguesia, nem à Câmara e à Assembleia de Freguesia, nem à Câmara e à Assembleia Municipal.

Pode ser candidato mas, uma vez eleito para mais de um destes órgãos, tem de optar por um e deixar o outro.

Contudo há duas situações em que se pode acumular: um mesmo cidadão pode exercer o mandato, em simultâneo, na Assembleia Municipal e numa Assembleia de Freguesia, ou, em simultâneo, na Assembleia Municipal e numa Junta de Freguesia.

Também sabemos que os presidentes das juntas de freguesia integram a Assembleia Municipal, exercendo, de pleno, os dois mandatos.

Não se pode exercer o mandato simultâneo na Junta de Freguesia e na Assembleia de Freguesia. Mas os membros eleitos para o executivo da freguesia mantêm o direito ao seu lugar originário na Assembleia e a ela regressarão se saírem da junta.

Portanto a regra da unicidade, ao fim e ao cabo, sempre convive com algum pluralismo, e a disposição da lei de funcionamento dos órgãos (artigo 75º, nº, 1 da lei 169/99) que proclama que “os membros dos órgãos das autarquias locais são titulares de um único mandato”, tem muito que se lhe diga...

Divergências políticas não impediram cooperação com a Madeira

AS DIVERGÊNCIAS políticas entre o Governo da República e o Executivo Regional nunca impediram a cooperação com a Madeira, assegurou o primeiro-ministro, José Sócrates, durante a sua recente visita ao Funchal.

Sócrates falava, no passado dia 15, no Palácio de São Lourenço, após reuniões com o representante da República, Monteiro Diniz, com o presidente da Assembleia Legislativa, Miguel Mendonça, e com o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim.

“Gostaria que esta visita fosse entendida como um sinal claro para os madeirenses e todos portugueses de que, apesar das divergência que são públicas e políticas entre o Governo da República e o Governo Regional, isso nunca nos impediu de cooperarmos para que os interesses da Madeira fossem tomados em conta”, vincou José Sócrates, para quem “essa crispação” existe essencialmente “no discurso político”.

“O que eu espero é que o Governo Regional defenda os interesses da Madeira segundo o seu critério, não segundo o meu e, por isso, é natural termos uma divergência de opinião que conduza a uma dialéctica que possa defender os interesses nacionais e também o interesse da região”, frisou, para de seguida acrescentar que “ao longo destes quatro anos, nós nunca deixámos de fazer aquilo que nos competia fazer para resolver os problema da Madeira”.

A modo de exemplo, lembrou a li-



beralização do transporte aéreo entre o Continente e a Região, a autorização ao Governo Regional para contrair junto do Banco Europeu de Investimentos um empréstimo de 50 milhões de euros e o projecto “Pagamento a Tempo e Horas”, que também foi extensível à Madeira.

Depois, considerou importante a cooperação entre os dois governos nas áreas da Educação, no âmbito da qual distribuiu na Escola da Ajuda, no Funchal, os primeiros 200 dos 14 mil Magalhães destinados aos alunos do 1º ciclo matriculados na região.

Já num almoço com empresários hoteleiros da região, sustentou que o Governo da República quer ajudar a área do turismo a enfrentar as dificuldades actuais, tendo anunciado que,

no âmbito da linha de crédito para investimentos no sector, foram aprovados até ao momento sete projectos da Madeira.

Durante as sete horas desta visita, José Sócrates, que foi acompanhado pelos ministros da Presidência, Pedro Silva Pereira, da Educação, Maria Lourdes Rodrigues, e das Obras Públicas, Mário Lino, salvaguardou que a Lei das Finanças Regionais não será revogada, uma vez que se trata de “uma lei justa”.

Nesta sua primeira visita oficial à Região Autónoma da Madeira, Sócrates foi alvo de manifestações de simpatia por parte de populares que o saudaram junto do Palácio de São Lourenço, residência oficial do Ministro da República.

PS LANÇA EM ÉVORA MOVIMENTO “PELO ALENTEJO SEMPRE”

OS SOCIALISTAS de Évora lançaram recentemente um movimento, denominado “Pelo Alentejo Sempre”, uma iniciativa que pretende mobilizar a participação dos cidadãos do distrito, e chamar a atenção para a formulação das propostas políticas das candidaturas do PS para as diversas eleições que vão decorrer durante este ano.

A actividade deste movimento, diz o PS/Évora, será sobretudo sustentada, não só através de sessões públicas, que organizarão grupos temáticos de reflexão, como do desenvolvimento de um sítio interactivo na Internet, que estará aberto à participação de todos os cidadãos.

A nova plataforma web, o site <http://alentejosempre.net> constitui uma componente informativa e de repositório de actividades, mas também uma área que permitirá recolher contributos e sugestões para os programas de candidatura e



para as actividades a desenvolver.

O novo site terá também páginas específicas para cada candidato quer em relação às eleições europeias, quer em relação às legislativas.

Para o coordenador do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, Carlos Zorrinho, eleito deputado pelo círculo eleitoral de Évora, num mundo

em rápida mudança o modo de fazer política “tem que evoluir de forma a tirar partido das oportunidades e envolver cada vez mais gente nos processos de elaboração e concretização de programas e políticas e nas tomadas de decisão que deles decorrem”.

Por isso, justifica, o PS em Évora “tem sido sempre uma referência de modernidade e de abertura”, recordando que já em 1994, no Fórum Alentejo, o

Partido Socialista “foi um exemplo de pioneirismo participativo que fez escola”.

Década e meia depois, acentua Carlos Zorrinho, o PS nacional e o PS/Évora “continuam alinhados na vanguarda da abertura e da participação, ao dinamizarem no âmbito das Novas Fronteiras, os movimentos Socrates2009 e pelo AlentejoSempre2009”. R.S.A.

Loja Açores em Lisboa

A ABERTURA da “Loja Açores”, em Lisboa, é “um sinal claro do crescendo de integração da oferta da economia açoriana em contextos externos e, em particular, no continente português e na sua mais populosa cidade”, considerou Carlos César.

O chefe do Governo Regional dos Açores falava na cerimónia de inauguração deste novo espaço, que contou com a presença do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, e de muitas dezenas de convidados, a maior parte dos quais açorianos residentes na capital portuguesa.

Na ocasião, Carlos César fez questão de salientar que a “Loja Açores” não será apenas um lugar de venda de produtos da região. “O facto de se juntarem aqui meios para a informação turística da nossa região, uma estrutura de mostra da qualidade dos nossos produtos e um instrumento de facilitação do acesso à administração pública açoriana transforma este espaço num pólo envolvente de divulgação, de promoção e de acessibilidade dos Açores”.

A “Loja Açores” inclui um posto da Rede Integrada dos Açores de Apoio ao Cidadão (RIAC) e um Posto de Turismo, para além, naturalmente, da venda de produtos, o que lhe confere, como frisou o presidente do Governo Regional, “um objectivo económico e empresarial claro, repartido pela ênfase dada às tarefas de publicitação do sector emergente que constitui para os Açores a actividade turística e, por outro lado, para promover o nosso



sector exportador ancorado nas nossas ocupações tradicionais da agricultura e das pescas numa nova dimensão e qualidade”.

Considerando o novo espaço “um veículo privilegiado para os produtores açorianos afirmarem as suas marcas no mercado continental”, afirmou que a presença de chás, refrigerantes, águas, conservas, lacticínios, carnes, flores e artesanato darão conta de “uma componente da imagem dos Açores que merece ser conhecida: a de uma região laboriosa, produtiva e que cresce em qualidade e em notoriedade.”

Segundo Carlos César, a loja deverá ser, também, pró-activa, desenvolvendo iniciativas que promovam os Açores, no que será, em breve, seguida pela actividade que vierem a desenvolver outras duas lojas previstas para o Porto e

para o Funchal.

Afirmando-se convicto de que o turismo vai contribuir para combater os efeitos da crise económica e financeira internacional, Carlos César reiterou que a dispersão geográfica dos Açores obriga a investir, cuidar e fazer mais do que se tem de fazer no Continente ou na Madeira.

“Mas os Açores querem, por isso e apesar disso, continuar a ser uma região exemplar no país, distinguindo-se pelo rigor da sua administração, pela sua tradição de liberdade, pela sua paz social, pela segurança que inspira, pela sua qualidade ambiental, pelo seu património cultural material e imaterial, pelo seu espírito empreendedor e pela projecção atlântica decisiva com que qualificam o país continental mais limitado”, acrescentou.

OPINIÃO



MIGUEL FREITAS
Presidente do PS/Algarve

Dinamizar a economia do mar, salvaguardando os recursos e maximizar a qualidade de vida nas regiões costeiras, são os grandes objectivos da política marítima

APOSTA ESTRATÉGICA NA POLÍTICA MARÍTIMA

NO MOMENTO em que a política marítima ganha novo fôlego em termos europeus, é importante prosseguir a discussão a nível nacional com os agentes das diferentes fileiras, aos investigadores, aos cidadãos. Envolver é a palavra de ordem. Envolvendo somos capazes de sensibilizar e criar uma cultura de responsabilidade. Ter cidadãos bem informados e agentes bem formados é a base para uma mudança na forma como olhamos o mar.

Há duas ideias que perspassam quer a Estratégia Nacional para o Mar, quer a Política Marítima Europeia: é preciso integrar iniciativas e adaptar as orientações aos territórios concretos. Estas duas ideias, da transversalidade da política marítima e da subsidiaridade da sua aplicação, são essenciais para a concretização dos grandes objectivos.

É preciso ter uma visão global para garantir o cruzamento de conhecimentos das várias áreas, para assegurar uma gestão sustentável dos recursos, para melhorar a segurança, defesa e vigilância, para combater as actividades ilícitas e permitir ganhar mais competitividade nas actividades desenvolvidas através da criação de novos clusters.

Por outro lado, uma política marítima só pode ser eficaz se compreender a evolução concreta dos territórios, se conhecer bem a evolução dos recursos e se for capaz de comprometer os agentes locais. Dinamizar a economia do mar, salvaguardando os recursos e maximizar a qualidade de vida nas regiões costeiras, são os grandes objectivos da política marítima.

A economia do mar, desde logo a pesca e a aquacultura, requer apoio às pequenas e médias empresas, dado o seu peso significativo na estrutura empresarial e no emprego. Existem aqui novas oportunidades, nomeadamente na aquacultura em off-shore e in-shore. Mas é preciso não esquecer as actividades pesqueira e marisqueira tradicionais. É preciso apoiar empresas e modernizar infraestruturas portuárias. Esse trabalho deve continuar.

Mas também as actividades ligadas ao turismo e lazer, onde é essencial a definição clara de uma estratégia de portos de recreio que torne mais atractiva a nossa zona costeira e nos coloque nas grandes rotas europeias e mundiais.

Nas actividades emergentes, é preciso conhecer bem as nossas potencialidades na produção de energia off-shore.

Dinamizar a economia do mar salvaguardando os recursos requer informação científica sólida que contribua para a identificação e avaliação do meio marinho, a programação de medidas e a definição de estratégias de uso ou exploração do oceano.

O Algarve, região marítima por excelência, deve ser capaz de desenvolver um Pólo de Competitividade ou um cluster ligado ao mar, associando instituições de I&D, organismos públicos, empresas e associações, em forte articulação com outras regiões, particularmente do Mediterrâneo.

A recente instalação da sede do IPIMAR na região é, neste quadro, uma decisão histórica. Com uma Universidade onde a investigação nas Ciências do Mar têm uma grande proeminência e um Laboratório do Estado para testar e demonstrar as melhores práticas, o Algarve pode vir a ser considerado um centro de referência europeu nesta matéria. Este é talvez o maior desafio do Algarve nos próximos anos.

Finalmente, propõe-se reivindicar o património marítimo e reafirmar a identidade marítima da Europa. A criação do Museu dos Descobrimentos em Sagres é essencial para a afirmação da nossa identidade nacional e para projectar o Algarve na Europa e no Mundo.

Sejamos capazes de concretizar estes nossos projectos e daremos um contributo concreto para que se cumpram os objectivos maiores da pretendida Política Marítima Europeia.

Investimento em património cultural açoriano aumenta

O GOVERNO dos Açores prevê para este ano aumentar em cerca de 50% o investimento realizado em património cultural em 2008, contando ainda com um acréscimo de mais 2,4% nas verbas para a dinamização das actividades culturais.

A ideia foi saudada pelo Grupo Parlamentar do PS/Açores, durante uma visita realizada recentemente às obras de recuperação do Recolhimento de Santa Bárbara.

Esta intervenção – que implica um investimento superior a dois milhões de euros – constitui, segundo os deputados eleitos por São Miguel, um “símbolo do esforço de aproximação da cultura às populações” e uma aposta na revitalização do centro histórico de Ponta Delgada.

“Trata-se de uma obra emblemática desta legislatura que dá corpo à política do Governo dos Açores de investimento contínuo no património cultural”, explicou o deputado do PS Alexandre Pascoal, para quem o Executivo regional liderado pelo camarada Carlos Cesar deu a “importância necessária” à cultura.



Segundo disse Alexandre Pascoal, está em curso “todo um investimento de aproximação do museu ao público, também através do Serviço Educativo, que é uma aposta recente, e do Museu Móvel”, que percorre a ilha de São Miguel.

Para o parlamentar do PS/Açores, a recuperação do Recolhimento de Santa Bárbara vai permitir ao Museu Carlos Machado dispor de uma vertente dinâmica do seu acervo.

Refira-se que, uma vez recuperado, o Recolhimento vai acolher, entre outras, obras de Canto da Maia e Domingos Rebelo, artistas açorianos de renome, que terão salas específicas no novo espaço museológico.

Com a sua inauguração, o Museu Carlos Machado passa a ter três núcleos: o Recolhimento de Santa Bárbara, o Colégio dos Jesuítas e o Convento de Santo André.

OPINIÃO

ACÇÃO SOCIAL
NO ENSINO SUPERIORMANUEL MOTA
Deputado do PS

Só nestes últimos seis meses, 754 estudantes foram beneficiados pela acção social escolar por situação de desemprego de um membro do seu agregado familiar

PORTUGAL foi palco, nas últimas décadas, de um dos mais notáveis processos de democratização da oferta de ensino superior na União Europeia. Nesse âmbito, o sistema de apoio a estudantes do ensino superior ganhou significativa importância, uma vez que a chegada ao Ensino Superior de jovens oriundos de todas as classes sociais colocou a necessidade de consagrar a igualdade de oportunidades.

Sem a intervenção decisiva da Acção Social não teria sido possível consolidar o desenvolvimento do Ensino Superior Público, nem dar um contributo determinante na afirmação do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

O Governo do Partido Socialista atento à importância que a acção social tem na igualdade de oportunidades dos portugueses e na importância da aposta estratégica no ensino superior, aumentou, nestes últimos 4 anos 19% no orçamento para a acção social e, particularmente para 2009, o aumento foi de 10 milhões de euros, prevendo já a necessidade de reforço desta área.

Não ignoramos os tempos difíceis em que vivem as economias mundiais e, naturalmente, também a nossa. Não ignoramos que, compreensivelmente, algumas famílias de estudantes do ensino superior sejam financeiramente afectadas, nomeadamente por situações de desemprego. Mas o que devemos reflectir e clarificar é se o sistema de acção social português está preparado e responde, no essencial, a estas situações.

Segundo dados solicitados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, às instituições de ensino superior públicas e privadas, referentes ao período entre Outubro de 2008 e Abril passado, sobre a alteração de bolsas de estudo por ocorrência de situação de desemprego, concluiu-se que 754 estudantes cujos agregados familiares foram afectados por situação de desemprego, foram beneficiados pela acção social escolar.

O que, desde logo, deita por terra os dois principais argumentos apresentados pelos projectos de lei dos partidos da oposição, recentemente apresentados na Assembleia da República:

1º – Os estudantes podem a qualquer altura do ano lectivo candidatar-se a uma bolsa de estudo ou solicitar a revisão da que já possuem;

2º – A alteração da situação económica do agregado familiar do estudante, nomeadamente a situação de desemprego de um dos seus membros, é razão para nova candidatura e, em muitos casos, para a concessão de bolsa ou alteração da mesma. Aliás, ao solicitarem a abertura de uma nova época ou fase complementar de candidatura a bolsa de estudo, o PSD e o PCP estão a propor um enorme retrocesso ao que já hoje acontece. Mas o PCP, BE e CDS/PP foram mais longe e na ânsia de retirar dividendos políticos,

chegaram ao cúmulo de propor a isenção de propinas para quem tenha um membro do seu agregado familiar em situação de desemprego. Sabendo que o sistema de acção social é para quem dele de facto necessita, numa lógica redistributiva de rendimentos, faz algum sentido, por exemplo, que o filho de uma médica, cujo pai perca o emprego, seja beneficiado com bolsa!?

Só nestes últimos seis meses, 754 estudantes foram beneficiados pela acção social escolar por situação de desemprego de um membro do seu agregado familiar, ou seja, o sistema funciona, mas funciona, como deve ser, para aqueles que de facto dele necessitam. Já hoje 73.493 estudantes estão isentos do pagamento de propinas, já que o valor da bolsa mínima é, exactamente, o valor da propina, ou seja, qualquer bolsa garante que o estado entrega ao aluno o valor total da propina. O custo de uma refeição numa cantina ronda os dois euros e 20 cêntimos e o custo real média dessa mesma refeição é de quatro euros e 20 cêntimos, sendo que o Estado cobre a diferença. Bem como o preço do alojamento em residências, que é de 63 euros e 90 cêntimos, sendo que em relação aos alunos bolseiros o custo da residência é inteiramente suportado por suplemento específico que se acrescenta ao valor da bolsa, para todos os bolseiros deslocados. Quando não há residência disponível, é dado suplemento para residência aos bolseiros deslocados. Em Portugal o Estado assume a quase totalidade dos custos do ensino superior, sendo o peso das propinas de 10,6% da despesa total, e participa significativamente, juntamente com as famílias, no custo de vida do Estudante.

Na passada semana, o Conselho de Ministros aprovou um projecto de decreto-lei para consulta, que visa acabar com uma injustiça que afastava do regime de concessão de apoios sociais escolares todos os cidadãos estrangeiros que, não obstante a titularidade de autorização de residência permanente ou beneficiando do estatuto de residente de longa duração, não são abrangidos pela actual legislação.

Não nos esqueçamos do aproveitamento político, que alguma oposição fez, de casos relatados pela comunicação social de estudantes que tinham recorrido ao Banco Alimentar Contra a Fome, já que como também foi confirmado, se tratavam de estudantes estrangeiros que, como vimos anteriormente, não estavam previstos na lei.

O Partido Socialista continuará a ser o principal garante de que o sistema de acção social português responda às necessidades das famílias mais carenciadas, manter-se-á atento às suas necessidades e disposto a corrigir e reforçar os mecanismos de apoio às famílias e aos estudantes. De forma responsável e em diálogo com as estruturas representativas, nomeadamente as dos estudantes e das instituições de ensino superior.

Conversas de fim de tarde
Europa é o nosso
destino genético

J. C. CASTELO BRANCO

AS VANTAGENS e os benefícios de Portugal pertencer à União Europeia (UE), particularmente no actual quadro de crise mundial, foram o traço comum realçado pelos intervenientes no debate sobre a Europa promovido pelo Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), no Centro Cultural de Belém, no âmbito da iniciativa “Conversas de fim de tarde”, que contou com a presença de Vital Moreira, Edite Estrela e Inês de Medeiros.

No debate, moderado pela camarada Manuela Augusto, presidente das mulheres socialista, o cabeça-de-lista do PS às europeias, Vital Moreira, disse que “a Europa é o nosso destino natural, genético”, salientando que o que “não foi natural” foi o afastamento de Portugal da então CEE, mas esse era o tempo da ditadura do Estado Novo.

E afirmou estar convicto de que daqui a um século “o 25 de Abril e a adesão à Europa” serão lembrados como “uma ligação natural”, assim como a História registará os nomes de Mário Soares e Medeiros Ferreira como os artífices da nossa integração europeia.

E questionou-se sobre “o que seria Portugal hoje se não estivéssemos na União Europeia, sem os níveis de bem-estar que temos”, para enfrentar a actual crise mundial.

Vital Moreira referiu-se ainda às especificidades de Portugal no seio da União Europeia, enquanto país periférico, frontei-

ra externa da UE e país de interface.

O cabeça-de-lista do PS considerou ainda que com a revolução neoliberal iniciada nos anos 80 por Reagan e Thatcher “o modelo europeu não deixou de namorar com ela”, salientando que a liberalização dos serviços públicos “descuroou a dimensão social”.

Por sua vez, a eurodeputada Edite Estrela sublinhou que “Portugal tem beneficiado da sua pertença à UE”, lembrando, a propósito, que “recebemos muitos fundos comunitários desde a nossa adesão em 1985 que permitiram desenvolver o país e consolidar a democracia”.

Por outro lado, e apondo as crises tremendas que vivem países como a Islândia e a Irlanda, Edite Estrela referiu que “a União Europeia e a moeda única têm protegido Portugal” face à actual crise financeira e económica global.

A eurodeputada socialista denunciou ainda a

“enorme incoerência” da direita que defende medidas de promoção da natalidade e ao mesmo tempo vota contra a licença de paternidade. E sustentou que “é preciso o reforço da esquerda socialista no Parlamento Europeu (PE), de forma a haver mais políticas de igualdade e políticas sociais”.

Já a actriz e realizadora de cinema Inês de Medeiros, mandatária da candidatura do PS ao PE, disse que a “diversidade é uma das identidades que fazem a força da Europa”, um “espaço especial de liberdade, de direitos sociais e de circulação”.

Inês de Medeiros defendeu que “a Europa devia investir mais e massivamente na cultura, criando, nomeadamente, redes de difusão cultural” e ainda que o cinema produzido no Velho Continente devia ser mais apoiado e não cair na tentação de copiar o modelo norte-americano, tratando de temas e questões que têm a ver com a realidade de cada um dos países europeus.



PS aposta em campanha europeia com qualidade e elevação

Nas eleições de 7 de Junho os eleitores vão avaliar o desempenho do Governo, mas também o de uma oposição que tem sido incapaz de apresentar alternativas, afirmou o secretário-geral socialista, José Sócrates, durante a sessão pública em que o cabeça-de-lista do PS, Vital Moreira, apresentou o manifesto eleitoral do partido para as europeias.

MARY RODRIGUES

NESTA iniciativa, que decorreu no Centro de Congresso de Lisboa a 9 de Maio, Dia da Europa, José Sócrates disse que Vital Moreira é garantia de uma campanha com “elevação”, criticando aqueles que querem “entregar-se ao radicalismo e ao caciquismo”, apostados apenas na “maledicência e no ataque aos outros”.

Antes, lembrou que nas europeias deste ano “há uma escolha a fazer” – a “questão eterna entre a direita e a esquerda” – e que “o radicalismo político nunca construiu nada no nosso país nem na Europa”.

Referindo-se a quem quer ver as questões nacionais debatidas durante a campanha, Sócrates declarou: “Temos as nossas ideias, as nossas propostas e o nosso rumo e queremos debatê-los”.

“Mas quero chamar a atenção desses que querem discutir questões nacionais que o que estará em causa não é apenas a avaliação do Governo, é também a avaliação de uma oposição que ao longo destes quatro anos não foi capaz de construir nem uma alternativa, nem uma proposta, nem uma ideia que os portugueses possam seguir”, avisou.

Convicto de que os portugueses esperam que na campanha para as europeias cada partido “apresente as suas soluções e as suas propostas”, o primeiro-ministro garantiu que os socialistas não querem fazer deste período “um espectáculo lamentável de quem só sabe entregar-se ao ataque aos outros”.

Neste sentido, referiu que ao escolher o constitucionalista Vital Moreira para liderar a sua lista, o PS fez “uma aposta na qualificação da democracia, na elevação do debate político nesta campanha” e contribuiu para que este “se centrasse em propostas, projectos, debate de ideias”.

E salientou que os socialistas mantiveram na sua lista ao PE “muitos dos que lá estavam”, por entenderem “que tinham cumprido bem o seu papel”.

“Os partidos que decidiram tirar todos os deputados ao Parlamento Europeu que tinham e colocar outros não podem dizer o mesmo sobre o trabalho que os antigos deputados fizeram”, considerou, para de seguida deixar claro mais uma vez que nas eleições europeias “um voto no PS é, como sempre foi,

um voto na Europa”, de quem o país depende para “sair mais rapidamente da crise”.

Novo rumo para a UE

Por seu turno, o cabeça-de-lista do PS às eleições europeias, Vital Moreira, prometeu empenhar-se na construção de “uma nova Europa social”, em facilitar a circulação de pessoas e a procura de emprego por parte dos cidadãos europeus no conjunto dos Estados-membros.

Antes, criticou a “visão neoliberal da economia”, que é contra “a intervenção do Estado e os serviços públicos”, dizendo que “marcou estas três décadas de retrocesso em muitas partes do mundo, a que a própria União Europeia não soube furtar-se”.

“Precisamos, portanto, de um novo rumo, de um novo paradigma que assente na economia social de



pelo reforço dos direitos fundamentais que este implica.

Já o dirigente socialista António Costa centrou a sua intervenção numa crítica certa aos receios da direita face à imigração ao frisar que no nosso país esse “discurso mesquinho” é feito pelo presidente do CDS-PP, Paulo Portas.

listas querem “reforçar os direitos sociais”.

Nesta mesma linha de pensamento, momentos antes, a mandatária da candidatura do PS, a actriz Inês de Medeiros, demarcou também os socialistas da “direita” que “segue o mercado” e que tem liderado a UE.

Durante a sessão de apresentação pública do manifesto eleitoral do PS para as europeias foi tornado público que o antigo ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut e o escultor João Cutileiro são membros da equipa de mandatários de Vital Moreira.

De salientar ainda que o ma-



mercado, numa nova Europa social, nos valores da igualdade e da solidariedade, em mais democracia e mais cidadania na UE”, sustentou, apelando a “mais esquerda” e a “mais PS na Europa”.

Para Vital Moreira, é preciso elevar os padrões de protecção social na UE, em vez de estimular “uma competição entre Estados-membros por uma protecção social reduzida”.

Assim, comprometeu-se a recuperar a proposta sobre licença de paternidade apresentada pela eurodeputada do PS Edite Estrela.

Vital Moreira considerou necessário “agilizar” a liberdade de circulação de pessoas na UE, tornando mais fácil que estas se mudem para qualquer Estado-membro “à procura de melhor vida”, advogando ainda a ratificação do Tratado de Lisboa,

Neste contexto, Costa recordou que “a direita francesa esteve contra a adesão de Portugal” à então Comunidade Económica Europeia (CEE) por temer “a invasão da França pelos portugueses”.

“Coitados, o que a França deve aos nossos emigrantes dos anos 50, 60 e 70. Aderimos e não invadimos a França”, acrescentou o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para de imediato sustentar que “a grande lição da Europa é que, conforme nos abrimos, enriquecemos colectivamente, em vez de empobrecermos todos e cada um ficar agarrado aos seus dez tostões”.

De acordo com António Costa, os partidos que se apresentam às eleições europeias não são “todos iguais”, porque “a direita acha que o caminho da Europa é reduzir o Estado Social” enquanto os socia-

“Não considero que esquerda e direita sejam a mesma coisa. Garanto-vos por experiência própria que não são”, disse, lembrando que há alguns anos que divide a sua residência entre Portugal e França.

Como António Costa, também Inês de Medeiros criticou “a reacção do medo” e a culpabilização dos imigrantes pelas consequências sociais da crise, apelando aos “valores da tolerância”.

Já o representante da Juventude Socialista (JS) na lista do PS às europeias, Pedro Delgado Alves, defendeu que o programa de intercâmbio Erasmus se torne acessível a todos e que seja “um direito dos cidadãos jovens da UE”, proposta que disse ter sido feita antes de o candidato do PSD Paulo Rangel ter proposto um novo programa europeu para o primeiro emprego.

nifesto apresenta uma agenda definida com um conjunto de compromissos propostos pelos eurodeputados socialistas para a nova legislatura europeia.

Em linha gerais, o documento pretende uma Europa reforçada a todos os níveis, assumindo como prioridades a aplicação da Agenda de Lisboa para o crescimento económico e emprego qualificado, um maior apoio à mobilidade dentro da UE para trabalhadores, estudantes e cientistas, assim como um novo impulso à Europa social.

No plano nacional, o manifesto promete que os futuros eurodeputados socialistas vão bater-se por uma presença maior de Portugal dentro da Europa, assumindo-se o país como uma “ponte privilegiada” com o Brasil e África.

Governo anuncia mais apoios para as Pequenas e Médias Empresas

A CRIAÇÃO de uma nova linha de crédito para as Pequenas e Médias Empresas (PME), no âmbito do programa “Investe 4”, num valor global de 400 milhões de euros, com cerca de metade desta verba a ser destinada para o apoio às exportações e a compra pelo Estado da maioria do capital da companhia de seguros COSEC, foram as novidades que o primeiro-ministro anunciou no debate quinzenal no Parlamento.

Para o primeiro-ministro, em resposta à pergunta do líder parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, o reforço desta linha de crédito justifica-se, porque as “PME Investe 1,2 e 3 já foram utilizadas em mais de 86%”, o que significa, como garantiu, que representaram até agora um apoio fundamental “a mais de 27 mil empresas” para as quais foram disponibilizados cerca de 2,9 mil milhares de euros.

Com o “Investe 4”, disse José Sócrates, o Governo pretende aumentar em cerca de mais 400 milhões de euros o apoio às PME, voltando agora esta nova linha de crédito para o “reforço nas ajudas à produção industrial”.

Sócrates recordou, a este propósito, que a produção industrial portuguesa “foi a melhor da Europa” no passado mês de Março, e isto, como referiu, se “compararmos a evolução



em taxa de cadeia”, tendo sido ainda “a segunda em termos de crescimento homólogo”.

Mas este cenário positivo não permite, como disse, que o Executivo abrande a sua atenção e o seu apoio à produção nacional, razão por que o Governo decidiu criar mais duas novas linhas de crédito, sendo uma dirigida às micro e pequenas empresas, com taxas de juro iguais à da Euribor, menos 0,25%, ou seja,

1,05%, e em que o Estado assume 75% das despesas, e uma outra que está sobretudo voltada para ajudar as empresas com vocação exportadora, sendo que neste caso a taxa será igual à da Euribor, mais um por cento, assumindo aqui o Estado o risco de 50%.

Na sua intervenção o primeiro-ministro recordou que estas medidas, “a exemplo de muitas outras que o Governo tem vindo a aprovar”, no

âmbito do programa anti-crise, estão a apoiar já um conjunto de empresas naquilo que considerou ser essencial, como frisou, “que é a de uma maior facilidade no acesso ao crédito”.

José Sócrates acrescentou também que neste momento existem cerca de 4600 trabalhadores, “dos mais diversos sectores da economia portuguesa” que estariam no desemprego caso o programa qualificação e emprego não estivesse em actividade.

Por outro lado, acrescentou, e ainda no âmbito do programa anticrise, perto de 11 mil jovens estão presentemente a beneficiar de estágios profissionais a que se devem juntar outros 11.800 que estão contratados sem termo.

Ainda de acordo com o primeiro-ministro, “graças à acção mobilizadora do Governo”, cerca de 25 mil desempregados deixaram de estar inactivos, para passarem a trabalhar e a colaborar activamente em diversas instituições particulares de solidariedade social.

Estado adquire maioria do capital da COSEC

Outra das iniciativas anunciadas no Parlamento pelo primeiro-ministro, e imediatamente saudada por todos os deputados socialistas, tendo mesmo

merecido uma particular saudação na intervenção do deputado Afonso Candal, refere-se às negociações que o Governo está a empreender tendo em vista a compra da maioria do capital da companhia de seguros COSEC.

Iniciativa que, segundo Sócrates, poderá permitir muito em breve que esta empresa volte de novo para a esfera do Estado.

O chefe do Executivo avançou que as negociações entre a Direcção-Geral do Tesouro, por parte do Estado e os actuais dois principais accionistas, se encontram numa fase adiantada, havendo, como garantiu, “total disponibilidade dos principais accionistas para vender a empresa ao Estado”.

O mais importante, salientou ainda o primeiro-ministro, é que o Estado quando adquirir a totalidade do capital da COSEC, como pretende, vai poder garantir às empresas nacionais exportadoras, de forma mais rápida, “o acesso ao seguro de crédito”, o que se afigura como um factor capital para que as empresas nacionais possam apresentar níveis de competitividade no exterior mais elevados.

Sócrates não adiantou, contudo, o valor que esta operação poderá vir a custar ao erário público, justificando a sua posição com o facto de “ainda estar tudo a ser negociado e ajustado”. **R.S.A.**

NOVAS VIAS RODOVIÁRIAS CRIAM 32.500 EMPREGOS

A CONSTRUÇÃO de novas infra-estruturas rodoviárias, que vão beneficiar os dois milhões de habitantes da zona Norte da Área Metropolitana, “nada tem de magalómano ou de faraónico”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, numa alusão a quem critica os investimentos públicos.

Falando durante as visitas ao futuro Nó da Pontinha e às obras da futura Concessão de Lisboa (IC16 e IC30), José Sócrates disse que estes investimentos “são urgentes e essenciais para a qualidade de vida das populações e para a economia da Área Metropolitana de Lisboa”.

O conjunto de trabalhos que estão a ser levados a cabo inclui o fecho da Circular Regional Interior de Lisboa, o alargamento do IC19 entre Queluz e Ranholas, o alargamento da A8, a ligação do Eixo Norte-Sul à CRIL a Norte e a Concessão rodoviária da Grande Lisboa.

Segundo o Governo, as novas vias rodoviárias actualmente em construção no país geram 32.500 empregos.



Miguel Ginestal eleito vice-presidente da 120ª Assembleia da UIP

POR indicação da delegação portuguesa, o deputado do PS Miguel Ginestal foi eleito vice-presidente da 120ª Assembleia da UIP – União Interparlamentar, que decorreu em Addis Abeba, Etiópia.

Miguel Ginestal que presidiu a uma sessão plenária da Assembleia da UIP, disse ser “uma honra e uma grande satisfação pessoal ter sido escolhido pelos meus pares deputados do PS, mas também do PSD, para este cargo, que é, sem dúvida, um reconhecimento de qualidade”.

O deputado do PS referiu ainda ao “Acção Socialista” que “foi uma experiência única presidir à Assembleia Geral da UIP, que reúne muitas centenas de parlamentares de todas as partes do globo, constituindo um parlamento mundial”.

Miguel Ginestal salientou, por outro lado, “a feliz coincidência de os Estados Unidos terem decidido voltar a ter representação nesta organização, depois de anos de ausência”.

Nesta 120ª Assembleia da UIP, estiveram representados a maioria dos parlamentos dos cinco continentes e em debate esteve o tema “Parlamentos Construindo a paz,



estiveram igualmente em discussão na 1ª Comissão “Paz e Segurança Internacional” o tema “Promover a não proliferação e o desarmamento nuclear, assegurar a entrada em vigor do tratado de interdição total dos ensaios nucleares: o papel dos parlamentos”.

Na 2ª Comissão “De-

democracia e desenvolvimento em tempos de crise”.

A UIP é o parlamento mundial e a delegação portuguesa à 120ª Assembleia foi composta pelos deputados do PS Rui Vieira, Rosa Maria Albernaz, Miguel Ginestal, Joaquim Couto e Leonor Coutinho, e dois parlamentares do PSD.

Nesta 120ª Assembleia da UIP

desenvolvimento Sustentável, Financiamento e Comércio”, o tema em debate foi “Alterações climáticas, modelos de desenvolvimento sustentável e energias renováveis” e na 3ª Comissão “Democracia e Direitos Humanos” o tema em discussão centrou-se na “Liberdade de expressão e o direito à informação”. **J. C. C. B.**

Novas Oportunidades Sócrates sublinha importância de mais qualificações

A IMPORTÂNCIA de ter melhores qualificações para “manter os empregos” ou para ter “um novo emprego” foi realçada apelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a entrega de diplomas a alunos do programa Novas Oportunidades.

“Todos nós sabemos que a melhor forma de ambicionar vir a ter melhores salários, a melhor forma de ambicionar manter o nosso emprego ou de obter um novo emprego, é sem dúvida o investimento em mais qualificações”, disse.

O primeiro-ministro falava, no passado domingo, dia 17, numa cerimónia de entrega de certificados de competências e habilitações a alunos adultos que participaram no programa Novas Oportunidades para concluir o 9º ano ou o 12º ano, na Escola Secundária Eça de Queirós, Lisboa.

O primeiro-ministro elogiou os que “reconheceram o falhanço” e decidiram “ter coragem” para voltar à escola muitos anos depois.

“Sei bem o que significa alguém reconhecer socialmente, perante a família e os amigos, que afinal de contas precisa de regressar à escola. Para se defender melhor, para ter melhor emprego e melhor ambição”, frisou.

José Sócrates considerou também que “a melhor forma de combater as desigualdades em Portugal é fazer com que o programa tenha sucesso”, já que, lembrou, “as diferenças sociais no país estão relacionadas com as qualificações”.

O primeiro-ministro sublinhou ainda que entre 1995 e 2005 a “escola pública portuguesa estava sempre a



perder alunos”, acrescentando que “desde 2005 há sempre mais alunos”.

Antes, no sábado, José Sócrates esteve acompanhado pela ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, na sede da Associação Empresarial de Penafiel, onde procedeu à entrega de diplomas a 84 pessoas que concluíram a sua formação no âmbito do programa Novas Oportunidades. Na ocasião, o primeiro-ministro referiu que as Novas Oportunidades são parar manter na próxima legislatura, sublinhando que “este programa é um dos mais importantes para que o país vença o défice de qualificações”.

Lembrando que neste momento estão inscritos cerca de 800 mil portugueses no programa Novas Oportunidades, José Sócrates disse que o objectivo do Governo “é que todas as pessoas que tenham o 12º ano e estão a trabalhar aproveitem

esta oportunidade para se certificarem, obtendo uma formação que lhes permita ir mais além”.

Para além do chefe do Governo, vários ministros e secretários de Estado entregaram diplomas do programa Novas Oportunidades por todo o país.

Assim, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, esteve no Centro de Formação Profissional de Chaves, enquanto o titular das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, foi ao Agrupamento de Escolas Lima Duarte, na Arrábida, e o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, esteve em Vila Nova de Famalicão.

Os secretários de Estado Jorge Pedreira, José Miguel Medeiros, Jorge Lação e Idália Moniz estiveram, respectivamente, em Braga, Paredes, Santarém e Lisboa.

OPINIÃO



MARIA SANTOS
Membro da Comissão
Nacional.

Estamos aqui, para contribuir para a renovação da maioria absoluta! Dizemos presente, premiando a coragem dos que, mesmo em situações pessoais adversas, não desistem de lutar

NÓS, SOCIALISTAS!

NO ACTUAL contexto social e económico-financeiro, a política, os partidos são “chamados” a reassumir as suas responsabilidades públicas e a apresentar soluções credíveis, sustentadas e coerentes para melhorar a vida dos portugueses. Neste sentido, gostaria de relevar a importância da dimensão partidária e, particularmente, a exigência de uma ampla participação dos socialistas nas campanhas dos próximos actos eleitorais. Num tempo em que o pessimismo, a desesperança ou a “depressão” identitarista, parecem ensombrar a nossa energia, temos que reavivar a auto-estima colectiva e buscar forças renovadas no património político que é o Partido Socialista e no que as suas gentes (todas elas) representam.

A “Força da Mudança”, que titularizava a moção maioritariamente aprovada em Congresso, assenta, a meu ver, nos valores matriciais de um republicanismo moderno e humanista, na solidariedade e na defesa intransigente da liberdade, marcas indelévels na nossa identidade e afirmação políticas. Temos pois que contrariar as visões sombrias e alarmistas, que imobilizam e corroem a confiança dos portugueses. Caberá, hoje mais do que nunca aos dirigentes partidários, a todos os que tem a perseverança cívica de pertencer a um partido, ao Partido Socialista, de fazer sobressair as propostas e as soluções que os socialistas apresentam para o país. É preciso muita lucidez, pois são necessárias medidas simultaneamente urgentes e estruturantes. Portugal tem de voltar a acreditar em si próprio, compreendendo as enormes potencialidades que esta crise, grosseiramente complexa, também encerra. O tempo das dúvidas e do cepticismo atávico tem que acabar!

É certo que este é um dos mais graves “desastres financeiros”, de contornos transnacionais incensuráveis. Por isso, acredito nos esforços redobrados que o Governo tem feito para restaurar a confiança dos portugueses, mantendo-se firme na execução do seu programa e na acção reformista e progressista.

O que esta realidade nos impõe é a necessidade de um impulso estratégico, que dote o país de novas “ferramentas” económico-financeiras, sociais e ambientais, indispensáveis para sustentar as consequências mais negativas que esta crise arrasta em termos sociais.

Estamos claramente a mudar de paradigmas! A vida exige com a maior das cruzeiras e também de novas oportunidades... Neste sentido, não podemos, não devemos, menosprezar o primado da política e da sua expressão organizada, o muito que tem dado à promoção da cidadania e da participação na “coisa” pública.

O Partido Socialista, a sua Direcção, saberá compreender as tendências emergentes das sociedades modernas, estabelecendo sinergias reprodutivas que contribuam para o fortalecimento de uma cumplicidade mais activa entre o público e o privado, ou seja entre o Estado, a sociedade civil e o “mundo empresarial”.

Nós, socialistas, temos que ter a capacidade para inverter a “marcha” de um modelo de desenvolvimento ambientalmente esgotado e socialmente predador. Por isso aqui estamos, imbuídos do mesmo espírito reformador, socialmente comprometido e politicamente activo. Estamos aqui, para contribuir para a renovação da maioria absoluta! Dizemos presente, premiando a coragem dos que, mesmo em situações pessoais adversas, não desistem de lutar!

Transparência e informação para proteger consumidor contra publicidade indesejada

CERCA de duas mil pessoas já se inscreveram no portal www.consumidor.pt disponibilizado pela Direcção-Geral do Consumidor para declararem que não querem receber publicidade não solicitada via Internet e telemóvel.

Trata-se de uma adesão significativa a uma medida que apela à participação directa dos consumidores que não querem receber mensagens que não pediram e que foi accionada pela Secretaria de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, uma vez que as actuais regras não protegiam os cidadãos de forma eficiente contra o marketing directo.

Para facilitar o exercício do direito de oposição e agilizar, ao mesmo tempo, o processo de recusa deste tipo anúncios foi recentemente criada uma lista na qual se podem inscrever os consumidores que não desejem receber publicidade via mail, SMS e MMS.

As empresas que pretendam recorrer a este meio publicitário estão agora



legalmente obrigadas a consultar esta lista, não podendo enviar mails, SMS ou MMS aos consumidores que nela se inscreveram.

No caso dos serviços de valor acrescentado através de mensagens, os prestadores destes serviços passaram a ter de se registar junto da entidade reguladora das telecomunicações em Portugal – Anacom –, permitindo a

sua identificação, através de indicativos específicos e necessariamente diferentes nos números telefónicos de carácter erótico, prestações continuadas e angariação de donativos.

De acordo com as novas regras, os prestadores de serviços estão obrigados a servir o consumidor com “transparência e informação”.

Os operadores de telemóveis deverão igualmente barrar o acesso aos serviços

de valor acrescentado sempre que solicitado pelo consumidor.

Por outro lado, as regras da publicidade do audiotexto também passaram a aplicar-se nos serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagens, prevendo-se a identificação do prestador, das condições do serviço, da natureza publicitária da mensagem e informação sobre preço.

“Emprego 2009” no Algarve

Mais investimento público para revitalizar a economia

“A MELHOR forma de lutar pelo emprego e revitalizar a economia é realizar mais investimento público”, reafirmou José Sócrates, no dia 7, no Algarve, na cerimónia de assinatura de protocolos com cerca de 90 entidades da região para a criação de 921 postos de trabalho, no âmbito da iniciativa “Emprego 2009”.

Sócrates sublinhou, a propósito, que “foi a governação com responsabilidade realizada nos últimos três anos pelo Governo que permite agora ao Estado português estar em condições de ajudar as empresas, as famílias e os desempregados a enfrentarem as dificuldades com que são confrontados”.

E acrescentou que “mais investimento público, mais protecção às famílias, mais ajuda às empresas é a atitude de um Estado que quer vencer a crise”, lembrando que “um pouco por todo o mundo os governos o que estão a fazer é dar o seu melhor para promover mais investimento público e darem mais oportunidades à sua economia e ao seu mercado de trabalho. É isso que queremos fazer aqui em Portugal”.

O primeiro-ministro frisou que “a melhor forma de o fazer é Governo,



câmaras municipais, juntas de freguesia e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) darem as mãos”.

“A partir de hoje, 775 cidadãos portugueses que estavam no desemprego têm oportunidade de desenvolver uma actividade socialmente útil, com base no programa de combate

ao desemprego. Estes portugueses têm agora uma nova esperança de se realizarem e poderem regressar mais rapidamente ao mercado de trabalho”, afirmou.

Sócrates sublinhou que estes cidadãos “vêm desta forma melhorada a sua qualidade de vida, não apenas porque a sua situação económica

melhora, já que recebem o que é equivalente ao subsídio de desemprego que recebiam antes, acrescido de 20%, mais subsídio de transporte e refeição mas porque estão ocupados numa actividade socialmente útil”.

Além dos 775 desempregados que voltam ao activo, a medida abrange 146 jovens que, segundo o primeiro-

ministro, “têm agora uma oportunidade de ter o primeiro emprego e de ter um estágio profissional”.

Sócrates agradeceu a “todas as IPSS, câmaras municipais, juntas de freguesia e empresas, que juntamente com o Governo, através de uma concertação estratégica, deram um passo em frente para poderem participar nesta batalha contra o desemprego que deve mobilizar toda a sociedade”.

Segundo realçou o primeiro-ministro, “ao Governo compete conceber os programas, incentivar, liderar mas é muito agradável para qualquer membro do Governo verificar que três meses depois de termos aprovado este programa de combate ao desemprego, ver tantas IPSS, câmaras municipais e juntas de freguesia unidas neste combate, fazendo um esforço nas suas organizações para se candidatarem a este programa e poderem receber desempregados”, afirmou ainda o chefe do Executivo.

Recorde-se que a nível nacional quase 24 mil desempregados já começaram ou vão começar a trabalhar este ano graças a contratos-inserção assinados entre o Governo e várias entidades, no âmbito da iniciativa “Emprego 2009”.

Conjuntura

Abrandamento da economia portuguesa é menor que a média europeia

É “PREOCUPANTE” o abrandamento da economia e o aumento do desemprego no primeiro trimestre devido à conjuntura mundial, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, salientando, no entanto, que em Portugal esses índices foram “menos maus” do que os da União Europeia (UE).

Sócrates comentava os dados divulgados pelo INE, segundo os quais a taxa de desemprego subiu em Portugal no primeiro trimestre de 2009 para 8,9% e que a economia caiu 1,5%.

“Esses dados apenas confirmam aquilo que já se sabia, que o declínio das economias portuguesa, europeia e mundial foi muito forte no primeiro trimestre”, disse, acrescentando que “o declínio do nosso crescimento económico em cadeia foi menor, foi menos mau do que a média da União Europeia a 15”.

“O mesmo quanto ao desemprego, preocupa-nos muito e é talvez a questão política mais importante”, referiu.

“O primeiro trimestre foi muito negativo para a economia da União Europeia e também para a economia portuguesa”, disse, responsabilizando por esse facto a actual crise mundial. E lembrou os casos de economias como a da Alemanha, Reino Unido e Itália onde esse abrandamento foi mais acentuado.

José Sócrates salientou, contudo, que o mais importante era o empenhamento do Governo e dos empresários para ultrapassar



esta conjuntura menos favorável da economia portuguesa em consequência da crise mundial.

Por sua vez, o ministro das Finanças afirmou que Portugal está numa situação “mais vantajosa” para reduzir o endividamento depois da crise, considerando que falta apenas melhorar a competitividade da economia depois das reformas na Segurança Social e Administração Pública.

“O actual aumento do endividamento é um problema que todos os países vão ter de enfrentar”, disse Teixeira dos Santos, defendendo que “acabando a crise torna-se muito claro a necessidade de os países retomarem o mais rapidamente possível a estratégia de consoli-

dação orçamental”, o que, frisou, implica reformas. Para isso, explicou, será necessário reduzir despesas, “normalmente despesas com envelhecimento”.

Nesse sentido, considerou que “Portugal está numa situação vantajosa porque já fez a reforma da Segurança Social e da Administração Pública, que permite conter e disciplinar a despesa”.

Para o ministro das Finanças, a reacção no pós-

crise “coloca na agenda um conjunto de políticas de valorização dos recursos humanos, melhoria de infra-estruturas e mais ciência”, salientando que as reformas no “âmbito da Agenda de Lisboa assumem particular relevância”.

Já o coordenador dos deputados socialistas na Comissão de Economia da AR, Jorge Seguro, afirmou que o PS vê com “muita preocupação” os números agora divulgados sobre o abrandamento da economia, mas apelou à oposição para que tenha “um discurso construtivo”.

“Estamos a viver um período muito complicado ao nível mundial, com efeitos efectivos no nosso país”, referiu o deputado socialista.

Jorge Seguro comentava os números divulgados pelo Governo, segundo os quais em 2009 o PIB português vai recuar 3,4%, o défice orçamental será de 5,9% do PIB, a taxa de desemprego deverá subir para 8,8%, a inflação ficar-se-á no número mais baixo de sempre no valor de 0,1% e as exportações deverão registar uma quebra de 11,8% e o investimento, público e privado, deverá cair 14,1%.

Numa reacção a estes dados, o deputado do PS defendeu que Portugal tem de estar preparado “para lutar contra estas dificuldades”, mas lembrou que o país não tem os piores indicadores quer ao nível europeu, quer ao nível mundial.

No entanto, frisou, isso não satisfaz o PS, que considera ser necessário prosseguir no caminho seguido pelo Governo. “Se as medidas não fossem tomadas seria muito pior”, sublinhou, apontando como exemplo o reforço dos programas de apoio às PME e ao aumento das exportações.

Questionado sobre a disponibilidade do PS para apoiar algumas das medidas propostas pela oposição, Jorge Seguro disse ser importante que, ao contrário do que tem acontecido, a oposição tenha “uma postura que não é uma postura depressiva à partida, mas sim uma postura construtiva. O discurso de que o país está de tanga é o pior que pode haver para estas situações”.

Programa PARES ajuda a melhorar a justiça e a solidariedade social

A IMPORTÂNCIA do investimento em equipamentos sociais para melhorar a justiça e solidariedade social, para dinamizar a economia e criar emprego, foi de novo realçada pelo primeiro-ministro, José Sócrates.

O chefe do Governo falava no dia 12, na inauguração do Centro Social Paroquial de Lorrvão, em Penacova, o primeiro equipamento concluído no distrito de Coimbra no âmbito do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES), representando um investimento da ordem dos 985 mil euros.

“O investimento em equipamentos sociais não só dá oportunidades a empresas, dá também oportunidades de emprego e dá principalmente, oportunidades a todos aqueles que precisam da justiça e da solidariedade do país”, sublinhou José Sócrates, lembrando, a propósito, que “há uns anos atrás, houve um Governo que achou que a primeira coisa onde devia cortar era nos equipamentos sociais. Isso foi um erro”.

No seu discurso na cerimónia, em que participou também o secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, o primeiro-ministro disse que se deslocou ao Lorrvão, onde foi calorosamente saudado por populares, “para dar um sinal ao país de que esta política é uma política nacional. É destinada a todo o território nacional, para dar melhores condições de vida a todos aqueles que vivem no nosso país”.

Referindo que “o desemprego cresce em Portugal como cresce em todo o lado e o nosso dever é combater isso”, Sócrates afirmou convicto que “vamos vencer esta



crise tal como vencemos outras no passado”.

É que, sublinhou, “nunca vi um pessimista criar um único posto de trabalho mas tenho visto a determinação e a vontade de criar muitos postos de trabalho. Esta obra aqui não existe com pessimismo, existe com optimismo e com vontade e com determinação”.

Com uma capacidade de 120 lugares, o Centro Social Paroquial do Lorrvão tem uma creche para 50 crianças, um centro de dia para 40 utentes e um serviço de apoio

domiciliário para 30 pessoas.

Entretanto, no dia 6, o primeiro-ministro, José Sócrates, afirmou que a construção de 370 novos equipamentos sociais em vários pontos do país constitui uma forma de responder às necessidades da rede social mas também uma resposta à crise económica, através da criação de emprego.

“Investir em equipamentos sociais é desde logo um investimento numa sociedade melhor, que responde melhor aos nossos idosos, mas que ajuda também

as pessoas com deficiência”, disse, adiantando que “neste momento estamos a construir 370 equipamentos sociais, 215 dos quais são creches, porque as creches são a melhor forma de podermos ajudar os casais jovens a compatibilizar a vida profissional com a vida familiar”.

José Sócrates falava na cerimónia de lançamento da primeira pedra no novo Lar Residencial e Residência Autónoma da Fundação do Centro de Ocupação Infantil do Pinhal Novo. Antes, o primei-

ro-ministro procedeu também ao lançamento da primeira pedra do novo Lar Residencial e Residência Autónoma da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal.

“Para além do fomento da actividade económica, estes investimentos dão também oportunidades de emprego a muitos portugueses”, disse Sócrates, reafirmando que o mais importante para fazer face à crise económica e financeira que o país atravessa é o “reforço do investimento público”.

Arrancou segunda fase do programa de modernização do parque escolar

O PROGRAMA de modernização do parque escolar é um dos mais importantes no combate à crise, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, reiterando que é em 2009 que se deve fazer investimentos público para responder à recessão económica.

As palavras de José Sócrates, que tinha ao seu lado a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, foram proferidas no final de visitas a duas escolas secundárias da cidade de Lisboa, os antigos liceus Pedro Nunes e Filipa de Lencastre, que integraram a primeira fase do programa de obras de modernização do parque escolar.

Na Filipa de Lencastre, depois de presidir à sessão de assinatura do arranque da segunda fase do programa de modernização do parque escolar, o primeiro-ministro disse que “há muita gente à procura de emprego e há muitas empresas que pro-



curam contratos”, salientando que, por isso, “é em 2009 que se combate a crise. É neste ano que as pessoas precisam de apoio e que precisam que o Estado faça mais investimento”.

Segundo o Ministério da Educação, neste programa foi já concretizada a fase-piloto, abrangendo quatro intervenções, com um volume global de investimento na ordem dos 61 milhões de euros.

A fase um do programa, a que está actualmente em execução, integra 26 escolas, com um investimento associado de 330 milhões de euros.

Já a fase dois, que agora arranca, envolve obras em seis escolas, num investimento total de 71 milhões de euros, estando ainda prevista uma terceira fase, abrangendo cem estabelecimentos de ensino e um investimento de 1,2 mil milhões de euros.

VITAL MOREIRA, CABEÇA-DE-LISTA DO PS ÀS EUROPEIAS

“A escolha nas europeias é entre o PS e a direita”

A oposição ao TGV no nosso país é “verdadeiramente irresponsável”, considera Vital Moreira em entrevista ao “Acção Socialista”. Para o cabeça-de-lista do PS às europeias, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é “globalmente” uma coisa boa para a Europa. Questionado sobre o QREN, Vital Moreira adianta que o grau de execução deste programa de fundos comunitários é muito superior aos que o antecederam.

“Tal como a nível nacional, a luta política a nível europeu trava-se “essencialmente entre o PS e a direita”, afirma Vital Moreira, reiterando que as eleições europeias de 7 de Junho são as mais importantes de sempre. O cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu considera ainda que no plano interno, no actual quadro de recessão internacional, “impõe-se um Governo com forte legitimidade e autoridade para fazer sair o país da crise e concluir as reformas” iniciadas em 2005. “Cabe aos eleitores decidir se preferem a instabilidade à reedição da actual maioria parlamentar do PS”, alerta.

Porque é que considera estas eleições europeias como as mais importantes de sempre?

Por várias razões: primeiro, pela previsível entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que vai alargar muito as competências e poderes do PE, colocando-o no centro do sistema político da União Europeia (UE). E, segundo, pela necessidade de definir o novo modelo económico e social da Europa depois da actual recessão global, que não pode ser vencida com as receitas políticas que a geraram; terceiro, pela necessidade de decisão nesta legislatura sobre o quadro financeiro da União a partir de 2013, que é o instrumento que condicionará toda a actividade da UE até 2020.

Quais os traços distintivos da candidatura do PS em relação às restantes e, designadamente, à do PSD?

As diferenças políticas entre o PS e o PSD a nível europeu são essencialmente as mesmas que a nível nacional, nomeadamente quanto ao papel do Estado na regulação da economia e na promoção do desenvolvimento e do emprego, quanto papel dos serviços públicos, quanto ao Estado Social, quanto à igualdade e à luta contra as discriminações, quanto à liberdade e autonomia individual (despenalização do aborto, procriação medicamente assistida, casamento de pessoas do mesmo sexo, etc.), quanto aos impostos, quanto à imigração, etc.

Quanto ao nível especificamente europeu, para o PS a UE não deve ser somente um mercado sem fronteiras eficiente, mas também

uma Europa social, um espaço de liberdade pessoal, de segurança e de justiça, um espaço de cidadania. O próprio mercado interno não pode fazer tábua rasa dos serviços públicos, nem deixar de pressupor um mínimo de harmonização das políticas fiscais e sociais.

Quanto ao PSD, apesar do seu nome doméstico, encontra-se associado no PPE aos partidos da direita liberal e conservadora, a começar pelo CDS-PP, incluindo a direita neoliberal do Leste europeu e a direita reaccionária e populista, como a italiana de Berlusconi. Há alianças que marcam e que comprometem.

Qual o principal adversário do PS nas europeias de 7 de Junho?

Tal como a nível nacional, a luta política a nível europeu trava-se essencialmente entre a direita e o PS.

No caso português, apesar de haver cinco partidos representados no PE, só há três alternativas em termos europeus. São eles: a direita, representada no PPE, que no caso português integra o CDS e o PSD; a esquerda comunista e afim, representada na “Esquerda Unida europeia”, que no caso português integra o PCP e o BE; e a esquerda socialista, social-democrata e trabalhista, representada no PSE, que no caso português integra o PS, único partido que não compartilha a sua representação europeia com outra força política.

Dado que a esquerda comunista e neocomunista conta pouco na Europa, não somente por causa das suas posições antieuropeístas (bem como antiliberais e antimercado), mas também por dispor de uma

diminuta representação no PE – sendo o sexto grupo político, abaixo dos liberais e dos verdes –, a alternativa política europeia em Portugal trava-se exclusivamente entre o PS e o PSD.

Uma vez que actualmente existe uma hegemonia política da direita nas instituições europeias (mercê da maioria de governos de direita a nível nacional e da vitória do PPE nas eleições europeias de há cinco anos, que lhe deu a condição de maior grupo parlamentar no PE e lhe assegurou a presidência da Comissão), a principal questão nestas eleições está justamente em alterar a correlação de forças no PE, para a partir daí mudar as políticas que a referida hegemonia da direita tem feito valer.

Quais são, na sua opinião, as principais bandeiras que os eurodeputados socialistas devem defender no Parlamento Europeu nos próximos anos?

Os principais objectivos são a implementação institucional e política do Tratado de Lisboa, a adopção de um plano de saída da actual crise e de crescimento e criação de emprego, a revitalização da Agenda de Lisboa para uma nova economia baseada no saber e na inovação, uma nova Europa Social que assegure a todos os cidadãos europeus níveis de protecção social decentes, a aposta nas energias renováveis e na luta contra as mudanças climáticas, um maior protagonismo da UE na cena internacional.

No caso de Portugal, dada as suas condições específicas – atraso relativo, situação periférica, fronteira externa da UE, interface com o Brasil e África –, os eurodeputa-





“Globalmente, porém, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é uma coisa boa para a Europa, resolvendo o impasse institucional que prevalece desde há dez anos e conferindo à UE novos instrumentos para aprofundar a integração europeia”

dos socialistas devem defender e promover as políticas europeias mais condizentes, nomeadamente as políticas de coesão económica, social e territorial, as políticas de mobilidade pessoal dentro da UE e de acesso aos respectivos programas (Erasmus, etc.), as redes transeuropeias de transportes, de energia, etc.

Tem vindo a defender políticas de apoio às redes transeuropeias de transporte e outras. O que são estas redes e qual a sua importância para o desenvolvimento mais harmonioso do espaço europeu?

As redes transeuropeias de transportes, de energia, de comunicações, etc. estão previstas nos tratados e são uma condição essencial do completamento do mercado interno – que pressupõe a fluidez daqueles factores –, da coesão territorial da UE, bem como do desenvolvimento económico e do emprego qualificado.

Por isso, considero verdadeiramente irresponsável a oposição ao projecto da alta velocidade ferroviária (TGV) entre nós, que constitui uma condição essencial de mobilidade territorial e de ligação ao centro da Europa (incluindo para mercadorias), bem como um contributo de peso para a redução da enorme produção de CO2 por parte dos transportes aéreos e rodoviários. No caso de um país periférico, como Portugal, essa ligação é ainda mais importante.

Quais os aspectos mais positivos e os menos bons do Tratado de Lisboa?

São muitos os aspectos positivos, designadamente a agilização do processo de decisão política e legislativa na UE (regra da maioria qualificada em vez da unanimidade, presidência própria do Conselho Europeu, etc.), mais poderes ao Parlamento Europeu em todos os aspectos, intervenção dos parlamentos nacionais nos assuntos da UE, iniciativa legislativa popular, democracia participativa, força vinculativa da Carta de Direitos Fundamentais da UE, aprofundamento dos poderes da UE em matéria de segurança e de justiça, bem como de política externa e de defesa, etc.

Entre os aspectos negativos con-

ta-se a permanência da unanimidade em matéria de política fiscal, o que dificulta muito a necessária harmonização fiscal dentro da UE, sem a qual se manterá o clima de competição que tem prevalecido quanto à redução dos impostos e à diminuição da sua progressividade, em prejuízo da capacidade financeira dos Estados e da concorrência leal entre economias.

Globalmente, porém, a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é uma coisa boa para a Europa, resolvendo o impasse institucional que prevalece desde há dez anos e conferindo à UE novos instrumentos para aprofundar a integração europeia.

Com a vigência deste novo enquadramento jurídico e institucional estarão finalmente reunidas as condições para que a Europa deixe de ser o tal anão político?

Quanto às condições institucionais, penso que sim. Criou-se, aliás, o cargo de Alto-Representante para as relações externas, destinado a agilizar a política externa da UE. Resta saber se haverá a necessária vontade política, sem a qual pouco mudará.

Um teste importante, do meu ponto de vista, passa pelo peso que a UE será capaz de colocar em alguns dossiers decisivos para a estabilidade e a segurança da Europa, como a necessária parceria com a Rússia, a obtenção de uma paz justa no conflito israelo-palestiniano (com a solução dos dois Estados), a resolução da questão nuclear iraniana, etc.

Acha que a crise internacional que estamos a atravessar é propícia a fazer mudar a opinião dos irlandeses relativamente ao Tratado de Lisboa?

Espero que sim. Os indícios nesse sentido são fortes. Apesar da severidade da crise na Irlanda, os irlandeses estão em condições de saber que sem a UE e o euro poderiam estar na dramática situação da Islândia, à beira da bancarrota. A UE não salvou as economias europeias da tempestade, mas evitou o seu naufrágio e deu-lhes condições para evitar os piores males.

Além disso, julgo que deve também conta-se com as garantias que os demais países já deram à Irlanda,

em relação a alguns pontos que pesaram no desenlace negativo do primeiro referendo, incluindo a manutenção da regra de uma comissão por Estado-membro.

Ainda sobre a crise. Se não fosse o euro é verdade que a Europa estaria muito mais desprotegida do ponto de vista económico e financeiro?

Sem dúvida. Basta ver o que se passa com os próprios países da UE que ainda não adoptaram o euro, designadamente os países do Leste europeu, que estão a braços não somente com uma recessão mais dura, mas também com uma profunda crise monetária e cambial, designadamente fortes desvalorizações das suas moedas. O principal factor é a maior dificuldade em obter créditos nos mercados internacionais com encargos razoáveis, o que agrava as suas dificuldades.

Na última edição do Fórum das Novas Fronteiras disse que custa admitir que quem rejeita a cidadania europeia ouse disputar estas eleições. Poderia aprofundar esta ideia?

As eleições para o PE são uma expressão da cidadania europeia, estabelecida pelo Tratado da UE, de 1992. É como parte dessa cidadania que temos direito de voto e direito de ser eleitos, elegendo o Parlamento Europeu, como assembleia representativa dos cidadãos europeus. Quem rejeita a UE e a cidadania europeia perde credibilidade quanto à consistência do seu compromisso nas eleições europeias e no Parlamento Europeu. É o mesmo que participar, por exemplo, em eleições regionais, sendo-se contra a autonomia regional.

Uma Europa federal, com um governo e um parlamento democraticamente eleitos é, em sua opinião, um cenário ainda longínquo?

Parlamento democraticamente eleito, já temos; e governo responsável perante o parlamento, também, visto que a Comissão carece da aprovação do PE e é politicamente responsável perante ele. O que não condiz com os cânones federais é a existência de órgãos de composição intergovernamental, como o Conselho Europeu e o Conselho de Ministros, com com-

petências políticas e legislativas decisivas.

Por isso, os federalistas preconizam a criação de um senado, como assembleia representativa dos Estados-membros, e a transformação da Comissão num verdadeiro governo, como órgão de condução política da União e com uma composição desvinculada da nacionalidade dos seus membros. Mas uma tal solução (e outras afins) não estão na agenda previsível da evolução institucional da UE.

Acresce que tampouco está na agenda política abandonar o princípio de que as atribuições da União são definidas pelos Estados-membros através dos tratados e não pela própria União, através de uma constituição própria.

A UE tem traços de estadualidade e de federalismo, mas está ainda longe de ser um Estado federal. E assim vai ser por muito tempo.

Na sua perspectiva os europeus estão desmobilizados e alheados da construção europeia?

Sim, assim sucede com uma boa parte dos europeus. O desconhecimento da importância e das competências da UE constitui o principal factor desse alheamento. Muitas pessoas não vêem interesse nas eleições europeias, que consideram indevidamente como e “segunda ordem”. A mudança deste panorama vai depender de muitos esforços de informação e de sensibilização. E não de muda isto de uma eleição para outra.

De que maneira pode acelerar-se o desenvolvimento de uma mentalidade, de uma consciência relativa à importância da cidadania europeia?

Apostando na criação de programas europeus de ensino e de formação cívica europeia, em programas de mobilidade pessoal no espaço da União (de trabalhadores, de estudantes, de professores e de investigadores, etc.), na institucionalização e implantação política dos partidos políticos europeus, na visibilidade do Parlamento Europeu e das suas actividades, no fomento de um sentimento de “patriotismo europeu”, na aposta na representação da UE em organizações internacionais (ao lado ou em representação dos Estados-membros), etc.

Em última análise, tudo depende da criação de um sentimento de identidade europeia largamente compartilhado – e isso vai demorar muito tempo.

Todavia, historicamente também demorou muito a criação das nações e dos Estados nacionais, a partir das comunidades locais e regionais pré-existentes, processo que tomou várias gerações.

A União Europeia deve continuar a viver, como até aqui, à sombra das forças militares dos Estados Unidos da América, ou, em sua opinião, deve inverter o cenário e começar a investir mais em defesa e na modernização das suas próprias forças armadas?

Sou a favor de uma maior auto-



“Cabe aos eleitores decidir se preferem a instabilidade à reedição da actual maioria parlamentar do PS. E cabe em especial aos eleitores de esquerda que possam estar inclinados a votar noutros partidos se preferem reconduzir um Governo de esquerda responsável com condições de governar, ou dar à direita uma chance de retomar o poder, ou pelo menos de impedir o PS de governar, retirando-lhe a maioria no Parlamento.”

nomia da UE em matéria de defesa. O Tratado de Lisboa prevê o aprofundamento da política de defesa da UE, a criação de cooperações reforçadas entre Estados-membros (incluindo a criação de forças de defesa comuns), o aumento das capacidades militares dos Estados-membros, a coordenação da política de armamento, uma cláusula de socorro colectivo em caso de agressão a qualquer Estado-membro, etc. Se houver vontade política, a Europa pode vir a ter, a prazo, um sistema de defesa próprio, sem prejuízo do papel da NATO.

Que comentário lhe merece as críticas dos cabeças-de-lista

adversários relativamente à actualização do Governo em matéria de gestão dos fundos comunitários?

Trata-se de críticas em geral infundadas e muitas vezes rotundamente falsas. Primeiro, se há muitos fundos europeus para aplicar, foi porque o actual Governo conseguiu o maior pacote de ajudas desde sempre no actual QREN, apesar do aumento do número de Estados-membros. Segundo, trata-se de aplicar esses fundos até 2013 (+2), e o dinheiro não foge. Terceiro, há necessidade de lançar previamente os concursos, analisar as candidaturas, seleccionar os beneficiários,

aprovar os financiamentos, procedimentos que exigem muito tempo, não se podendo facilitar nesses procedimentos. Quarto, os fundos destinam-se a reembolsar os investimentos efectuados pelos beneficiários, pelo que não podem ser atribuídos “à cabeça” (salvo a possibilidade de adiantamentos). Quinto, o nível de execução do QREN nesta altura é superior ao dos programas anteriores na mesma fase, estando Portugal à frente de quase todos os Estados-membros. Sexto, não é verdade que os “manuais de procedimento” ainda não estejam validados pela Comissão Europeia (muitos já o foram e todos foram entregues à

Comissão dentro dos prazos) e muito menos é verdade que isso esteja a impedir a realização de pagamentos aos beneficiários, visto que os adiantamentos da UE dão e sobram para primeira fase de pagamentos.

A barragem de mistificação que a oposição unida lançou contra um pretenso atraso na execução do QREN apenas busca esconder que esses partidos não têm nenhuma ideia para a Europa nem sobre as políticas europeias.

Quais são as suas expectativas relativamente a esta campanha e como sentiu o ataque de que foi alvo no 1.º de Maio?

A pré-campanha está a decorrer normalmente e com adesão crescente. O ataque de que fui alvo no 1.º de Maio foi uma erupção de sectarismo e de intolerância política, que cabe aos eleitores julgar. Por nossa parte, não participamos no “campeonato” do insulto, da agressão, da vozearia, nem da mistificação. Apresentamos serenamente as nossas ideias e propostas sobre a UE e sobre Portugal na UE.

Por que razão defende a necessidade de o PS obter uma nova maioria nas próximas eleições legislativas?

Entendo que, em geral, a estabilidade política em Portugal só se consegue com governos de maioria, como a nossa experiência mostra. Entre nós nenhum governo de coligação chegou ao fim; e dos governos minoritários, só o de António Guterres (1995-1999) concluiu o mandato, mas num ambiente de “vacas gordas” e mesmo assim à custa de grandes cedências às oposições.

De resto, provavelmente nunca houve tão poucas condições para uma coligação do PS com outros partidos, seja à sua esquerda (dada a visceral hostilidade do PCP e do BE, enconchados na sua postura de contrapoder), seja à sua direita (dada a deriva liberal-conservadora do PSD, acentuado o fosso político com o PS).

Na actual situação de recessão, impõe-se um governo com forte legitimidade e autoridade, para fazer sair o País da crise e concluir as reformas que este governo desencadeou.

Cabe aos eleitores decidir se preferem a instabilidade à reedição da actual maioria parlamentar do PS. E cabe em especial aos eleitores de esquerda que possam estar inclinados a votar noutros partidos se preferem reconduzir um Governo de esquerda responsável com condições de governar, ou dar à direita uma chance de retomar o poder, ou pelo menos de impedir o PS de governar, retirando-lhe a maioria no Parlamento.

O “voto de protesto” que alguns pretendem é na verdade um voto na direita, cujo principal objectivo é tirar a maioria ao PS. Nem o PCP nem o BE escondem que o seu principal objectivo é “derrotar o PS”, sabendo bem que isso só poderá favorecer a direita.

Apresentação da candidatura de Marcos Perestrello

Nova exigência e ambição para Oeiras

“Chegou o momento de fazer a mudança de que Oeiras precisa, dando-lhe um novo fôlego, para continuar o caminho da qualificação”, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, no dia 10, na sessão de lançamento da candidatura de Marcos Perestrello à presidência da Câmara de Oeiras, que prometeu “uma nova exigência, um novo impulso, uma nova ambição”, para tirar o concelho da “inércia, imobilismo e declínio” em que caiu nos últimos anos.

J. C. CASTELO BRANCO

PERANTE largas centenas de apoiantes que enchiam por completo o auditório do Lagoas Park Hotel, José Sócrates afirmou que o candidato, seu amigo e camarada de várias batalhas, Marcos Perestrello, é “um dos mais brilhantes e capazes políticos da nova geração política ligada ao PS”, e do ponto de vista da dinâmica está em sintonia com o concelho. “Tem a juventude, o dinamismo e o sentido de modernidade que hoje o concelho de Oeiras tem e ambiciona ter”, disse.

O Marcos Perestrello, continuou, “é um daqueles políticos que nunca vira a cara a um desafio, gosta de correr riscos. E por isso está aqui para dar o seu talento ao serviço de uma missão: dar uma nova energia e ambição para Oeiras”, tanto mais que este destacado dirigente socialista “podia desenvolver a sua carreira de forma mais fácil, podia ter ficado na Câmara de Lisboa, podia ter ficado no Parlamento”.

E referiu ainda que “o Marcos Perestrello é alguém que é deste tempo político, que sabe bem quais são as prioridades, que não se vai enganar nas prioridades e que sabe quais são os novos desafios”, salientando que “nesta aventura” terá o secretário-geral e todos os socialistas a seu lado.

José Sócrates sublinhou que “o PS orgulha-se de, neste momento, oferecer a Oeiras a mudança de que Oeiras precisa: uma mudança que respeite o passado e tem orgu-

lho em tudo de bom que se fez”, acrescentando que os socialistas vão “dar uma nova ambição, uma nova energia. Vamos continuar o caminho da qualificação e da excelência, mas vamos dar a Oeiras também um novo fôlego”.

A candidatura do PS, encabeçada por Marcos Perestrello, “vai ser uma candidatura vitoriosa ao serviço de uma Oeiras melhor”.

Travar risco de declínio

Por sua vez, Marcos Perestrello, depois de agradecer a forte presença dos militantes socialistas, em especial do secretário-geral, José Sócrates, e do presidente do PS, Almeida Santos, realçou a “importância deste combate” que vai ser feito com “ideias e propostas claras e sérias”.

E adiantou que se candidata a Oeiras para “dar um novo impulso reformador, uma nova ambição e uma nova equipa” a um concelho que nos últimos anos perdeu o seu dinamismo e corre o risco de declínio”.

Segundo Perestrello, “o último mandato do actual presidente foi mau, a gestão perdeu força e energia, limitando-se a olhar para o passado e não para o futuro. A câmara deixou de ser o motor do concelho”.

É que, explicou, “em 25 anos o mundo mudou muito, tudo mudou muito, e o presidente da Câmara de Oeiras é o mesmo”, e ainda por cima, acrescentou, “as condições pessoais e políticas



em que exerceu este mandato são muito diferentes, para pior, das que tinha inicialmente”.

“Essa situação diminuiu-lhe a capacidade de intervenção e teve reflexos muito negativos para Oeiras”, disse, sublinhando que “uma das coisas mais sábias que a vida nos ensina é saber sair a tempo de onde já não se ganha em ficar mais tempo”.

Salientando que Oeiras “precisa de não se deixar estagnar”, o candidato do PS sustentou que o concelho necessita de “uma nova exigência, um novo impulso e uma nova ambição”, no sentido de “recuperar o sentido de modernidade”.

Para isso, defendeu que “Oeiras precisa de reforçar a sua capacidade atractiva e ter uma visão estratégica mais global, mais política, mais contemporânea, com um modelo de gestão mais inovador”.

Marcos Perestrello frisou que não se candidata “contra ninguém, centrando a sua campanha “nos problemas que interessam às pessoas e nos temas que dizem respeito ao futuro de Oeiras”.

E adiantou que o programa eleitoral socialista procurará dar respostas concretas aos problemas

do concelho, incluindo propostas e objectivos como, por exemplo, “a expansão da rede pública de creches e jardins-de-infância e o alargamento da rede de cuidados de saúde”, “a simplificação administrativa” e “o melhoramento do serviço de transportes públicos e estacionamento”.

“Criar condições” para que Oeiras seja “pioneira na instalação de redes de comunicação de fibra óptica, capazes de levar Internet, telefone e televisão em banda larga a casa de todas as pessoas, com melhor qualidade e menor custo” foi outra proposta apresentada.

Criação de emprego

O candidato do PS defendeu, por outro lado, que o concelho de Oeiras “tem de participar activamente no esforço nacional de criação de emprego”.

A sua campanha, que tem como lema “Uma nova exigência para Oeiras Oeiras a sério”, frisou ainda, será feita “porta a porta, pessoa a pessoa, esclarecendo os oeirenses” sobre as suas propostas e “mostrando-lhes que é chegado o momento de o concelho retomar o

impulso que perdeu”.

“Queremos realizar mais e melhor. Não esconderemos problemas e responsabilidades”, disse ainda.

O presidente do PS, Almeida Santos, o presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS, Joaquim Raposo, o presidente da Concelhia do PS de Oeiras, Marcos Sá, Miguel Coelho, líder da Concelhia de Lisboa, e o secretário-geral da UGT e membro da Comissão Política do PS, João Proença, assistiram à apresentação da candidatura de Marcos Perestrello.

O ministro da Agricultura, Jaime Silva, os secretários de Estado e dirigentes socialistas Ana Paula Vitorino, Eduardo Cabrita, Ascenso Simões, Fernando Serrasqueiro e Paulo Campos e eurodeputada e candidata à Câmara Municipal de Sintra Ana Gomes também estiveram presentes.

O secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto e o ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros José Lamego do Governo de António Guterres foram outros socialistas presentes em Oeiras.

Armando Almeida quer transformar Gouveia na capital do emprego

O CANDIDATO socialista à câmara, Armando Almeida, pretende, caso seja eleito, transformar Gouveia, na “capital do emprego, capital da fixação de jovens e capital do turismo de montanha”.

Na apresentação da sua candidatura, que decorreu no dia 5, no Teatro-Cine de Gouveia, completamente lotado, Armando Almeida apresentou propostas como a criação de um novo parque industrial e tecnológico, um parque de ambiente e energias renováveis, a criação de um jardim da biodiversidade e uma estância turística no Vale do Rossim.



Armando Almeida referiu que o concelho de Gouveia “foi no passado, um pólo industrial, com afirmação a nível nacional” e que o actual presidente de câmara “nada fez nem quer fazer, para inverter o estado de degradação a que chegou a nossa Gouveia”.

E disse ainda que foi prometido “um choque económico, mas acabámos no maior endividamento de sempre e na ruptura financeira”.

Nesta sessão usaram ainda da palavra o dirigente nacional do PS e secretário de Estado Adjunto e da Administração Local,

Eduardo Cabrita, e o presidente da Federação do PS/ Guarda, José Albano, que foram unânimes em afirmar que é tempo de mudança política na Câmara de Gouveia, salientando que as grandes obras realizadas no concelho e que estão em curso, como a Variante à Cidade, Centro de Saúde ou o Palácio da Justiça, são da responsabilidade do actual Governo.

O candidato socialista é o líder da Concelhia local socialista e desempenha o cargo de presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária de Gouveia. J. C. C. B.

SOCIALISTAS DE VILA REAL ESTÃO OPTIMISTAS NUMA VITÓRIA NAS AUTÁRQUICAS

O OPTIMISMO impera entre os socialistas do distrito de Vila Real. Isto memo foi salientado pelo presidente do PS/Vila Real, Rui Santos, que defendeu na Convenção Autárquica Distrital, realizada no passado dia 9 de Maio, em Vila Pouca de Aguiar, que nas próximas eleições para as autarquias locais os socialistas “não só vão manter os municípios que detêm, como vão passar a assumir a presidência de outros”.



Entre os temas abordados neste encontro, destaca-se os relacionados com as novas gerações de políticas autárquicas, finanças locais, Simplex autárquico e democracia participativa.

Após as boas vindas do presidente da Concelhia, às centenas de participantes, a deputada socialista na Assembleia da República, Paula Barros, apelou aos militantes e simpatizantes para participarem activamente nos próximos actos eleitorais.

Presente também neste encontro, o ministro da presidência, Pedro Silva Pereira, eleito deputado pelo círculo de Vila Real nas últimas legislativas, salientou que apesar das dificuldades que o nosso país atravessa, a par de toda a Europa e do resto do mundo, a actuação do Governo tem sido pautada por uma “conduta de responsabilidade e acção”, enfrentado com “determinação os problemas inerentes à presente crise”.

Apontou depois o dedo à oposição acusando-a de persistir na política “do bota abaixo”, e no discurso do “mais vale nada fazer”, e apresentando como única solução, “esperar que o tempo e a crise passem”, enquanto que o Governo, disse, pelo contrário, “actua e avança com soluções, apontando aos portugueses o caminho”.

Enaltecendo todos os candidatos que vão concorrer em listas do PS às próximas eleições autárquicas no distrito, Pedro Silva Pereira lembrou o forte investimento que nestes últimos quatro anos o Governo tem vindo a canalizar para a região em diferentes áreas, dando como exemplo as infra-estruturas rodoviárias, nomeadamente a A24 e a A4, mas também “nos equipamentos de solidariedade social”, como creches ou lares da terceira idade, ou na área cultural “com investimentos no Museu do Douro ou no espaço Miguel Torga”, assim como na área educativa onde o Executivo apostou na modernização de inúmeros centros escolares. R.S.A.

INICIATIVA

PS/Abrantes debateu competitividade económica

A APOSTA em factores de diferenciação é fundamental para se ganhar competitividade territorial, defendeu Maria do Céu Albuquerque, candidata do PS à Câmara de Abrantes, no dia 11, no fórum intitulado “Competitividade Económica – Promoção de Desenvolvimento Social”, inserido no âmbito da candidatura autárquica, que contou com a presença de Francisco Madelino.

Para Maria do Céu Albuquerque, “é necessário apostar em factores de diferenciação, para ganharmos a competitividade territorial, o que passa por ter recursos humanos qualificados e infra-estruturas de suporte a esta prática empresarial. Falo não só de infra-estruturas materiais, como as áreas de acolhimento, mas também de infra-estruturas imateriais: o conhecimento, a promoção de lógicas colectivas, o aprofundamento do sistema ‘Via Verde’, para que a relação do empresário com a câmara seja efectiva, rápida, célere”. Com isto, continuou, “queremos criar bens públicos, que não substituam as lógicas de mercado, mas que corrijam as suas falhas”.

Segundo a candidata do PS, “quando falamos em competitividade económica, falamos necessariamente no desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento. Na incorporação nas empresas, do conhecimento produzido pelas instituições de ensino. Na qualificação de activos, na criação de empresas inovadoras”.

E salientou, a propósito, que “temos já no terreno um conjunto de infra-estruturas e de programas de apoio a esta dinâmica da economia do conhecimento como o Tecnopolo, o Inov.point – incubação, inovação e desenvolvimento empresarial, o Inov.Linea Centro de Transferência de Tecnologia



Alimentar, mas também a ESTA e a Universidade Aberta.”

“Temos que promover a fixação de jovens quadros no nosso concelho”, disse, defendendo a criação de um Observatório, que permita “acompanhar os nossos jovens que terminem o ensino secundário e que pretendam continuar os seus estudos. Queremos criar condições para que, mais tarde, possam ser recebidos nas empresas do concelho. Criar oportunidades para que aqui realizem os seus estágios ou criem os seus negócios”.

No que respeita à economia social, sustentou ser “preciso apoiar estas empresas, para revitalizar a economia local. São elas que promovem o emprego de grupos desfavorecidos, nomeadamente com a inserção de pessoas portadoras de deficiência. Criação de bem-estar social. É do que falamos. Estaremos, assim, a lutar contra a exclusão, contra a pobreza, e a promover uma sociedade mais inclusiva”.

Sobre o investimento das empresas no concelho, Maria do Céu Albuquerque disse ser necessário prosseguir com a atitude pró-activa, “apresentando aos potenciais investidores as características do nosso

concelho e as capacidades que tem para acolher esses investimentos, nomeadamente terrenos infra-estruturados”.

Por sua vez, Francisco Madelino, presidente do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), considerou “serem os territórios cada vez mais determinantes para a competitividade.” Como factor-chave, “são necessários níveis de capital humano elevados. Isto é, conhecimento.” Mas também, “um forte trabalho em rede, em parceria entre as escolas, as empresas e outras instituições.”

Relativamente a Abrantes, “tem que perceber quais são os seus factores de competitividade, numa lógica periférica à Área Metropolitana de Lisboa.”

Em síntese, afirmou ser necessário um “Plano Tecnológico nas autarquias. Que crie e suporte os factores de competitividade. Ainda um Programa de Novas Oportunidades. E, por fim, uma nova geração de políticas sociais. Abrantes tem estas condições todas: uma estrutura de Politécnico, o Tecnopolo, uma boa infra-estrutura básica de ligação à Europa, e um sector empresarial dinâmico”.

Regularize as suas quotas

Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

Quota mínima	Quota suplementar (Inclui “Acção Socialista”)
Semestral.....6€	Semestral...12€
Anual12€	Anual24€

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**
ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

Colocar Mangualde na senda do progresso

A CERIMÓNIA de apresentação da candidatura do socialista João Azevedo à presidência da Câmara de Mangualde, em que estarão presentes várias personalidades da vida política nacional, vai ter lugar, no próximo dia 23, pelas 21 horas, no pavilhão municipal.

“Mangualde com futuro” é o lema da candidatura de João Azevedo, que tem como ambição “colocar o concelho na senda do progresso”, acrescentando que “chegou a hora de, todos juntos, trabalharmos em prol de um futuro próspero para o nosso município”, já que “Mangualde não pode perder mais tempo”.

Referindo que o actual estado da autarquia “é uma frustração para todos”, o candidato do PS considera que “é urgente valorizar as potencialidades do concelho, criar atractividade económica e, com isto, melhorar a qualidade de vida de todos os municípios”.

João Azevedo considera ainda que Mangualde “necessita urgentemente de uma estratégia clara de desenvolvimento económico assente na dinâmica e na força de atracção empresarial, precisa de



um plano estratégico de desenvolvimento e de influência no plano regional e nacional que recolha Mangualde como centro liderante da Região Centro”. J.C.C.B.

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Jovita Ladeira garante dar mais visibilidade a Vila Real de S. António

NOVOS projectos, novos rumos e uma nova liderança são necessários para contribuir, de forma decisiva, para dar mais visibilidade e afirmar Vila Real de Santo António como um dos concelhos mais desenvolvidos do país, defendeu Jovita Ladeira, candidata à presidência da Câmara, na sessão promovida pela Concelhia socialista de apresentação dos candidatos que vão encabeçar as listas do PS no concelho ao município e juntas de freguesia.

Falando na Escola de Hotelaria e Turismo, perante largas centenas de apoiantes, Jovita Ladeira afirmou que “afecto, gratidão e responsabilidade” sustentam as razões da sua candidatura, porque, explicou, “foi desde esta terra e com estas gentes que eu construí todo o meu percurso de vida” e ainda “porque não posso ficar indiferente a uma realidade que a médio prazo poderá levar o concelho ao descalabro económico e financeiro”.

A candidata socialista referiu ainda que não podia aceitar, placidamente, esta dinâmica de “despeismo delirante” da câmara, uma vez que a realidade actual não está para “aventuras, demagogias e irresponsabilidades”. É que, lembrou, “as ilusões nos ficam caras”.

Neste contexto, a actual deputada do PS anunciou alguns dos eixos centrais da sua candidatura que passam, nomeadamente, por relançar a economia, dando prioridade



à promoção de emprego, tornando o concelho mais competitivo e inovador, investir no conhecimento, apostar nas políticas sociais, melhorar os cuidados de saúde e equilibrar o modelo territorial e ambiental, por forma a garantir a sua sustentabilidade.

Jovita Ladeira comprometeu-se ainda a liderar “um projecto abrangente, constituindo uma equipa dedicada à causa pública”, por forma a que Vila Real de Santo

António se afirme como “um dos concelhos mais desenvolvidos do país”, dotando-o de recursos humanos altamente qualificados, de uma economia dinâmica e competitiva, assegurando-se, simultaneamente, elevados níveis de emprego, coesão e protecção social”.

Presente esteve também na cerimónia uma delegação da Federação do PS/ Algarve, encabeçada pelo seu presidente, Miguel Freitas, que na sua intervenção realçou as

qualidades humanas, profissionais e políticas de Jovita Ladeira e pediu aos vilarealenses que votassem na candidata socialista porque tem a certeza que ela irá fazer mais e melhor do que o actual líder do Executivo municipal.

“Não se deixem enganar pelas práticas populistas de angariação de apoio popular, seja através de actividades caritativas demagogas, seja por iniciativas festivas de duvidoso resultado, só para satis-

fazer clientelas. O importante é eleger alguém que lute pelo desenvolvimento da terra, tendo antes demonstrado vontade e capacidade para o fazer de forma sustentada.”, disse Miguel Freitas, sublinhando que “quem estiver agora satisfeito, mais satisfeito ficará com Jovita Ladeira na presidência da câmara”.

Já José João Ribeiro, candidato à presidência da Assembleia Municipal, começou por dizer, na sua intervenção, que estava apaixonado pelo concelho vilarealense há 30 anos, sendo esse o principal motivo porque havia aceite o convite do PS. “Se estou aqui é porque creio que posso dar o meu contributo e por considerar que a pessoa certa para conduzir os destinos de Vila Real de S. António é a Jovita Ladeira, pela sua capacidade, tenacidade, humanidade e experiência política, cimentada aos longo de 12 anos na Assembleia da República, em representação do Algarve. Portanto, estou aqui também porque gosto da Jovita Ladeira”.

Mas, acrescentou, “quero aproveitar esta ocasião para dizer as coisas de que não gosto”, como, por exemplo, “de um presidente que não tenha um plano estratégico para o concelho, de um presidente que desbarate o dinheiro dos contribuintes e de um presidente que recorra sistematicamente à demagogia e explore os sentimentos das pessoas para seu proveito pessoal”. J. C. C. B.

Socialistas apostados em reconquistar a Câmara Municipal de Alcanena

A CANDIDATA socialista à presidência da Câmara Municipal de Alcanena, Fernanda Asseiceira, garante que o município carece de um poder político que demonstre “uma outra dinâmica, outra orientação e principalmente uma outra atitude”.

Depois de ter apresentado a sua candidatura, no passado dia 8 de Março, Dia Mundial da Mulher, à presidência da Câmara Municipal de Alcanena, Fernanda Asseiceira, deputada na Assembleia da República e vereadora, empreendeu um périplo pelo concelho, presidindo à apresentação dos diversos candidatos do PS a cada uma das dez freguesias do município.

Assim, e com o objectivo de desenvolver uma campanha de proximidade, deslocou-se já à apresentação do candidato do PS na Serra de Santo António, a 3 de Maio e a Bagulhos, a 10 de Maio, estando ainda para este mês reservadas as apresentações em Espinho, Moitas Venda, Malhou e em Vila



Moreira, ficando as restantes três para o próximo mês de Junho.

Segundo a candidata socialista à presidência do município de Alcanena, tratam-se de “excelentes equipas que já demonstraram o seu dinamismo e que reúnem boas condições para atingir os melhores resultados”.

Entretanto, no dia 21 deste mês de Maio será inaugurada a sede de

campanha em Alcanena, cerimónia que contará com a presença da eurodeputada Edite Estrela para uma sessão sobre os “Desafios da Europa”.

Dois dias depois, a 23 de Maio, será promovida uma acção de formação para todos os candidatos sobre “Procedimentos Autárquicos”, iniciativa que será dinamizada pelo deputado João Serrano. R.S.A.

CANDIDATO DO PS DEFENDE LIGAÇÃO DO METRO A VALONGO

AFONSO Lobão, candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Valongo, no distrito do Porto, defendeu, na apresentação da sua candidatura, a ligação do metro ao concelho, a criação de um pólo universitário e a valorização ecológica do município de Valongo.

Tendo por base este conjunto de objectivos, sustentou a necessidade de ser solicitado ao Governo um estudo económico-financeiro sobre a viabilidade de estender futuramente o metro de superfície do Porto ao concelho, rejeitando a proposta apresentada pela Brisa, de alargamento do traçado da auto-estrada A4.

Em alternativa, o candidato do PS à Câmara Municipal de Valongo confirma ser mais importante avançar agora com a realização de “um debate público” tendo em vista encontrar uma solução o mais consensual possível e potencialmente “qualificadora do território”, solução essa que não deve, todavia, “rasgar a malha urbana”, devendo isso sim, “avançar com soluções que vão ao encontro das preocupações ambientais”.

A educação foi outro dos campos que Afonso Lobão elegeu como prioritário, prometendo a criação no concelho de Valongo de um pólo universitário de modo a que sejam privilegiados os estudos e os saberes sobre as políticas de ambiente, as novas tecnologias e a indústria do turismo. R.S.A.



OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

Portugal é hoje “um líder na utilização de tecnologias de informação e da Internet.”

RESISTÊNCIA À ÁGUA!

NÃO estarei muito longe da verdade se disser que o programa e-escolinha (mais conhecido, por abuso de linguagem, por “Magalhães”) é, provavelmente, a iniciativa política mais comentada por esse país fora. Basta andar uns minutos pelo Twitter ou abrir um qualquer jornal, local ou nacional, para se verificar isto mesmo. Agora o Magalhães até se apresenta como responsável pelo eventual aumento dos casos de miopia em Portugal, vejam só!

Acontece que a maioria das opiniões surgidas na Comunicação Social à volta deste tema não se centra no essencial. O que vai sendo recorrente são ataques descabidos, despropositados, pouco fundamentados e muito pouco rigorosos em torno de aspectos que, sinceramente, não acrescentam nada àquilo que realmente seria importante discutir. E o que era importante discutir, do meu ponto de vista, é se as TIC são ou não úteis no contexto ensino-aprendizagem. O que importaria discutir era se o “Magalhães” se mostra ou não importante como parte integrante de uma estratégia de introdução de tecnologias na sala de aula. Disto, pouco se fala! Ou melhor, disto a comunicação social, em geral, não quer saber!

Luís Marques, por exemplo, num artigo no Expresso intitulado de “Olhò Magalhães”, tem dúvidas de que o “Magalhães” seja o “instrumento certo para motivar crianças e respectivos pais a aceder ao conhecimento e à tecnologia”, socorrendo-se da suposta opinião negativa de “muitos especialistas” (sem, porém, exemplificar quais)! Ora, Seymour Papert, um conceituado pedagogo, matemático, inventor da linguagem Logo e um dos fundadores do MIT Media Lab, diz precisamente o contrário. Já na década de 60 ele dizia que toda a criança deveria ter um computador na sala de aula.

Depois, este cronista vem contestar a gratuidade da distribuição do Magalhães, cometendo novamente imprecisões que, apesar de trazerem alguma “acção” ao seu artigo, do meu ponto de vista, só lhe retira credibilidade. É falso que o computador chega às crianças “de graça, sem pagarem um cêntimo”. Na verdade, o computador só chega de graça aos alunos oriundos das famílias em situações de maior carência económica, comprovada por documentos recolhidos pela escola no âmbito da organização dos processos de candidatura à acção social escolar. Mas, a esses alunos chega de graça o “Magalhães” como chegam as réguas, os livros ou as refeições. Na minha opinião, este apoio promove a igualdade de oportunidades no acesso à educação e a condições que facilitem o seu sucesso escolar e isso é um direito que assiste a essas crianças. Muitos não pensarão assim e para esses os pobres nem deveriam ter este tipo de apoios! Contudo, não é nesse grupo de elitistas que eu me encontro!

Confesso que estou um pouco cansado de ver o que alguns em Portugal vão dizendo, de forma já ridícula, do Magalhães e da estratégia de disseminação das TIC nas escolas portuguesas, tanto mais que, ao mesmo tempo, se vão ouvindo, do exterior, comentários de outros ângulos vindos de personalidades respeitadas. Steve Balmer, CEO da Microsoft, apelidou a iniciativa de “incrível, única, espantosa e fenomenal”, acrescentando que “não há nenhum país que esteja a fazer isto que Portugal está a fazer”, onde “cada aluno dos seis aos 10 anos vai ter um computador portátil”. Don Tapscott, autor de Wikinomics e de Growing Up Digital – The Rise of the Net Generation, numa passagem recente por Portugal, referiu que “o Programa Magalhães é a mais sofisticada e avançada implementação das tecnologias de informação em educação no mundo” e que Portugal é hoje “um líder na utilização de tecnologias de informação e da Internet.”

Perante tudo isto, importa invocar uma das características do “Magalhães” que é a sua resistência à água. O mesmo não se pode dizer em relação às folhas de jornais que vão alimentando este tipo de opiniões ridículas. E ainda bem!

INICIATIVA

Universidade Meridional do PS/Algarve

Formação é essencial para a reforma da Administração Pública

“A FORMAÇÃO é extremamente importante para se conseguir fazer a reforma da Administração Pública”, defendeu o empresário e especialista em informática, Luís Ferrinho, considerando que este processo tem decorrido com alguma lentidão em várias organizações, como é o caso das autarquias.

Luís Ferrinho, que falava durante uma sessão da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS Algarve com a colaboração da Fundação Res Publica, salientou que, apesar do grande investimento feito pelo Governo na área das novas tecnologias, a formação ainda não atingiu os níveis exigidos em muitas organizações da Administração Pública.

“A formação é algo em que o Governo tem vindo a apostar, mas tem de haver mais capacidade de esforço por parte das pessoas, para que consigam aprender a trabalhar com estas novas ferramentas”, referiu o empresário.

Durante a sua apresentação subordinada ao tema “Inovação e Simplificação de Processos nas Autarquias Locais”, Luís Ferrinho apresentou o quadro de evolução tecnológica desde 2003, tendo salientado que nas sociedades competitivas como as de hoje, em que são exigidos cada vez mais e melhores resultados, esta é uma área com um papel fundamental a desempenhar, pois oferece um vasto leque de plataformas para uma gestão mais eficaz das organizações, que resultam por exemplo numa significativa redução de custos financeiros.



O empresário salientou, no entanto, que “as pessoas constituem um factor primordial para o sucesso das organizações”, pelo que o seu potencial deve ser estimulado em três áreas fundamentais, designadamente “a produtividade pessoal, o trabalho em equipa e o acesso à informação”.

“O problema actual na maior parte das organizações é que existem dois mundos completamente diferentes, designadamente o das tecnologias e o das pessoas, os quais não podem funcionar só por si”, sublinhou Luís Ferrinho, defendendo que o recurso à tecnologia é um caminho obrigatório também para as autarquias.

“Neste próximo mandato os presidentes de câmara não terão outra hipótese se não utilizarem estas ferramentas, que permitem identificar, por exemplo, a origem de uma quebra de receitas, o que hoje é quase impraticável

através dos sistemas existentes nas autarquias”, observou o especialista.

Entretanto, no âmbito da “Rota do Guadiana”, integrada na iniciativa “O PS em Acção”, o presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, deslocou-se com uma comitiva socialista aos concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, onde realçou que a concretização do projecto de desassoreamento e navegabilidade do rio Guadiana corresponde “a mais um dos grandes compromissos políticos do partido para a região, que está a ser cumprido”.

O camarada Miguel Freitas salientou ainda a importância do projecto para a dinamização económica daquele território, tendo em conta que impulsionará um vasto conjunto de actividades ligadas ao turismo náutico, rural e ambiental, permitindo a criação de novos postos de trabalho e o combate à desertificação.

Concelhia da Covilhã toma posse

“DESEJO trilhar o caminho das propostas eleitorais com todos os parceiros válidos que nos ajudem a criar, de facto, uma alternativa de governo municipal”, afirmou o presidente da Comissão Política Concelhia do PS da Covilhã, Miguel Nascimento, na cerimónia de tomada de posse desta estrutura, que contou com a presença do presidente da Federação de Castelo Branco, Joaquim Morão, do mandatário José Carlos Lavrador, dos deputados Vítor Pereira, Hortense Martins e Jorge Seguro Sanches

e de largas dezenas de militantes.

“Vamos construir, em conjunto, os novos caminhos de um tempo novo. Vamos construir uma nova política para um novo ciclo”, afirmou Miguel Nascimento, adiantando que será organizada no final do mês de Maio uma grande Convenção Autárquica do concelho da Covilhã.

“Discutiremos ideias e projectos para apresentarmos aos covilhanenses”, disse, sublinhando ter “a certeza que os militantes socialistas saberão estar à altura das suas responsabilidades e



que em conjunto iremos honrar a história e a marca que, ao longo destes

35 anos de democracia, o PS soube construir na Covilhã”. J.C.C.B.

O futuro ao alcance de um voto no PS em Santiago do Cacém

FICAR agarrados ao passado não é uma fatalidade porque o futuro está ao alcance de um voto no PS. Esta a ideia central defendida pelo candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Arnaldo Frade, na apresentação pública da sua candidatura autárquica.

Numa sessão que decorreu no dia 7 de Maio, com a Casa do Povo completamente lotada, o camarada Arnaldo Frade sustentou que, com o actual modelo de gestão autárquica da maioria CDU, Santiago do Cacém arrisca-se a “ser uma ilha em torno da qual o desenvolvimento acontece”.

“O modelo alternativo tem de ser protagonizado pelo PS”, afirmou, categórico, lembrando que nas eleições autárquicas “estará em causa escolher que tipo de município queremos para o futuro”.

Após uma breve caracterização do concelho e da sub-região em que se insere, o candidato socialista responsabilizou o actual Executivo municipal pelo atraso que se regista nas 11 freguesias de Santiago do Cacém, criticando que o investimento realizado tenha sido “à custa do endividamento”.

Depois, defendeu que um modelo de ruptura com o passado deverá ter como objectivo a construção de um município de base económica diversificada, socialmente mais solidário, que contrarie a desertificação humana, mais coeso e que “não deixe de ocupar uma posição nuclear no contexto de desenvolvimento do Alentejo litoral, em sintonia com a posição relativa das suas potencialidades”.

Salientou de seguida a impor-



tância-chave do triângulo Santo André/Santiago/Sines como indutor de oportunidades, fazendo ainda referência à coesão interna do município como ferramenta promotora de maior equilíbrio na qualidade de vida da população residente nas diferentes freguesias.

Por último, advogou a redução da burocracia municipal para facilitar a vida aos munícipes e comprometeu-se a, uma vez na liderança do Executivo municipal de Santiago do Cacém, promover uma “governança de concertação com os outros poderes na defesa intransigente dos interesses locais”.

Presentes na sessão de apresentação pública da candidatura autárquica de Arnaldo Frade a

Santiago do Cacém estiveram Vítor Ramalho, presidente da Federação de Setúbal do PS, e Mário Lino, ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Nas intervenções iniciais, o camarada Vítor Ramalho centrou-se na necessidade de substituir a gestão da CDU no distrito por uma gestão do PS, enquanto Mário Lino, que interveio como convidado e em nome da direcção nacional do partido, fez referência ao poder local democrático e à sua influência na melhoria da qualidade de vida das populações, destacando a melhoria das acessibilidades em curso da responsabilidade do Governo e com repercussão no município e apelou à mobilização rumo à vitória. **M.R.**

Maria Amélia Antunes recandidata-se ao Montijo

A COMISSÃO Política Concelhia do PS do Montijo aprovou recentemente, por unanimidade, a recandidatura de Maria Amélia Antunes à presidência da autarquia local nas próximas eleições autárquicas de 7 de Junho.

Em nota à Imprensa, o Secretariado do PS montijense sublinha que “o trabalho competente, transparente e honesto protagonizado por Maria Amélia Antunes à frente dos destinos da Câmara Municipal permite afirmar que o PS/Montijo é respeitado pela comunidade e constitui uma referência política no concelho”.

Destaca ainda o exemplo de “liderança” e a “referência de autarca socialista” que constitui Amélia Antunes, afirmando de seguida que os socialistas do Montijo acreditam que com esta recandidatura será renovada a confiança



dos montijenses no projecto do PS para o concelho.

Refira-se que Maria Amélia Antunes, de 57 anos, é licenciada em Direito e lidera o Executivo municipal do Montijo desde 1998.

No quadro partidário, é membro da Comissão Nacional e da Comissão Política do PS e presidente da Concelhia socialista do Montijo. Foi presidente da Federação Distrital de Setúbal. **M.R.**

PS VAI A ELEIÇÕES NA TROFA COM REDOBRADO OPTIMISMO



NA APRESENTAÇÃO da sua candidatura, à Câmara da Trofa, Joana Lima aproveitou a ocasião para felicitar todos os socialistas pelo facto de “perceberem que era muito importante estarmos unidos neste projecto”.

Justificou a razão de voltar a aceitar o desafio de se candidatar à Câmara Municipal da Trofa porque “senti que o PS nacional encarou a Trofa com olhos de desenvolvimento e que o próprio Governo está empenhado em resolver os problemas deste concelho”.

A esmagadora votação que obteve na Comissão Política Concelhia permite que a candidata do PS encare as próximas eleições autárquicas com redobrado optimismo, e demonstra “que o PS está unido para ganhar a Câmara da Trofa”, cenário que vai permitir aos trofenses “passarem a ser bem governados, o que até agora não tem acontecido com a liderança do PSD no nosso município”.

Joana Lima lembrou igualmente nesta cerimónia de apresentação da sua candidatura à Câmara da Trofa, as várias obras anunciadas pelo Governo como a variante à linha do Minho, a obra da linha do metro e a variante rodoviária que estará no terreno, como garantiu, “dentro de pouco tempo”.

Recordou, por outro lado, “o empenho que o Executivo liderado por José Sócrates tem depositado nestas grandes obras”, acentuando que o tem feito, “porque se preocupa com a Trofa e com a sua população” e porque percebe que este município “necessita de um plano urgente que seja capaz de desviar o trânsito caótico do centro da cidade, uma medida que tanto o PSD local, como os diversos e sucessivos governos nacionais da direita, têm sido incapazes de concretizar”.

Na apresentação pública de Joana Lima à Câmara da Trofa estiveram presentes, em representação da direcção nacional do partido, Ana Paula Vitorino, secretária de Estado dos Transportes. **R.S.A.**

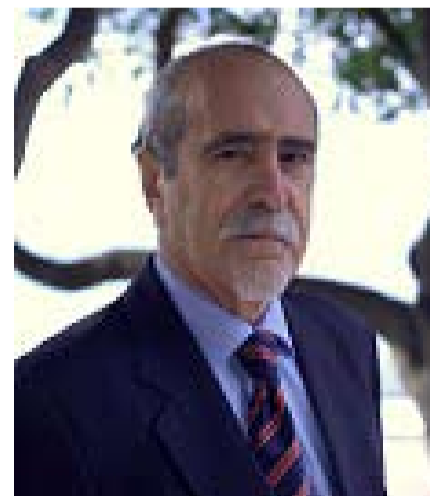
SOCIALISTAS AVANÇAM COM CAPITÃO DE ABRIL PARA A CÂMARA DO BARREIRO

NUNO Santa Clara Gomes é o candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal do Barreiro.

Para a Assembleia Municipal o nome indicado é o do actual secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita.

Dois nomes que demonstram bem a importância com que o PS olha para o município do Barreiro, ao ter escolhido um candidato a presidente da edilidade que é um capitão de Abril e para a Assembleia Municipal, um técnico altamente qualificado e “profundamente conhecedor dos problemas do concelho”, como sublinhou o presidente da Concelhia do PS/Barreiro, Amílcar Romano.

Para o líder concelhio, tratam-se de duas candidaturas que têm demonstrado ao longo das suas vidas, públicas e privadas, terem as necessárias capacidades, qualidades e exigências para preparar o concelho do Barreiro e a sua população, para os grandes desafios que se vão colocar nos próximos quatro anos. **R.S.A.**



NORBERTO PATINHO QUER DAR CONTINUIDADE AO FUTURO DE PORTEL

PELA necessidade de dar continuidade ao trabalho realizado nos mandatos anteriores, pelas expectativas geradas, pela ampla manifestação de apoio e participação recebida, Norberto Patinho assumiu perante os portelenses o compromisso de avançar com a sua candidatura à presidência da Câmara de Portel num jantar realizado, no dia 15 de Maio, na sede deste concelho.

Na ocasião, um grupo de amigos e de residentes, reconhecendo o excelente trabalho desenvolvido ao longo de 12 anos à frente do município, dinamizou o movimento “sempre juntos pelo concelho de Portel”, com o objectivo claro de criação de uma dinâmica de apoio crescente que culmine com a vitória de Norberto Patinho à presidência da autarquia local.

A presença de cerca de um milhar de pessoas no jantar é a prova do reconhecimento do trabalho realizado e constitui, nas palavras de Norberto Patinho, “um estímulo para assumir uma nova candidatura”, que desde o começo conta com o apoio de um vasto número de pessoas, a nível concelhio e distrital, e ainda com o “apoio inequívoco” da Federação de Évora do PS.



CANDIDATURA SOCIALISTA A CASCAIS PREPARA PROGRAMA PARTICIPADO

VISANDO auscultar as diferentes sensibilidades no concelho, diagnosticar os problemas mais urgentes e delinear um programa participado de gestão autárquica que permita conceber um plano estratégico de desenvolvimento a nível local, a Comissão Política Concelhia do PS de Cascais reuniu, no passado dia 8 de Maio, com especialistas em diversas áreas e com militantes e independentes envolvidos na campanha encabeçada pela camarada Leonor Coutinho.

Ao “Acção Socialista”, a candidata socialista à presidência do município de Cascais declarou que a sua candidatura está apostada em traçar um rumo e conceber uma estratégia para o concelho através de um programa participado.

“Na reunião foram criados vários grupos de trabalho que terão como missão elaborar textos baseados nesse levantamento de problemas, sensibilidades e necessidades, para posteriormente serem discutidos no âmbito de um programa autárquico que, pela primeira vez em Cascais, terá a participação de todos os interessados”, disse a actual deputada à Assembleia da República, apontando para as áreas do turismo, saúde, transporte, acção social, economia e finanças locais como prioritários de uma futura governação socialista do concelho.

“É preciso também ouvir as pessoas e conhecer os seus problemas para melhor as podermos apoiar e, dessa forma, procurarmos sair mais rapidamente da crise que nos afecta a todos”, concluiu Leonor Coutinho. **M.R.**



UM DESMENTIDO NECESSÁRIO

NA ÚLTIMA edição do nosso jornal, numa notícia intitulada “Leonor Coutinho avança para a Câmara de Cascais”, por responsabilidade do autor do texto, o leitor é levado a concluir que a candidata socialista faz ali um conjunto de promessas eleitorais, o que de facto não corresponde à verdade. Acontece que nos baseamos em outras fontes, e não, como se impunha, indo ouvir em primeiro lugar a candidata. A esta situação acrescenta-se ainda o facto de algumas dessas promessas terem saído em discurso directo, quando a candidata nem sequer foi por mim ouvida. Tanto à candidata do PS à Câmara Municipal de Cascais, Leonor Coutinho, como aos nossos leitores, as minhas desculpas por esta falha. **R.S.A.**

INICIATIVA

Renato Matos aposta na requalificação da Póvoa de Varzim

A CRIAÇÃO da marca turística “Póvoa de Varzim”, a ampliação da marina até ao porto de pesca e a requalificação urbana marítima são apostas defendidas pelo candidato socialista à presidência da autarquia local para o turismo, sector-chave da economia po-veira. Assim o garantiu Renato Matos, durante a apresentação pública da sua candidatura, no dia 16 de Maio, onde estiveram presentes, entre centenas de pessoas, o presidente da Federação do PS/Porto, Renato Sampaio, e o secretário de Estado da Saúde, Manuel Pizarro.

Numa intervenção em que fez referência aos principais problemas do concelho, com especial incidência no domínio social, ambiental e económico, o candidato apontou a excessiva carga fiscal municipal que a câmara exerce sobre os po-veiros como factor reprodutor de desigualdades.

Neste sentido, apontou ser urgente implementar um pacote de medidas extraordinárias, para os próximos dois anos, de modo a estimular a economia local e diminuir o drama social de muitas famílias.

Sustentou, assim, o escalonamento do tarifário da água em função do consumo, bem como a diminuição do mesmo para os reformados e pensionistas mais carenciados e



famílias cujo agregado esteja em situação de desemprego.

Por outro lado, destacou a necessidade de diminuir as tarifas de ligação ao saneamento básico.

Quanto à revitalização do parque habitacional, Renato Matos considerou imperativa uma comparticipação da autarquia no pagamento do IMI para os proprietários que requalifiquem os seus imóveis.

Já domínio da economia local, sustentou que a Câmara Municipal tem que ser um parceiro do sector empresarial local, com a criação de um ninho de empresas por forma a incentivar o arrojo empresarial

local e defendeu as parcerias entre a autarquia e as empresas do concelho com vista ao incentivo à contratação de desempregados.

Mas, para que tudo isto seja possível, venceu, “é preciso mais rigor na gestão das contas públicas, com vista a diminuir a despesa corrente do município”.

Refira-se que Renato Matos, 34 anos, licenciado em Direito, nasceu em Lisboa, tendo fixado residência na Póvoa de Varzim desde os dez anos de idade, onde reencontrou as raízes familiares e lidera a estrutura concelhia do PS. **M.R.**

NOVA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE SAÚDE VAI SER CONSTRUÍDA EM ESTARREJA

NA SEQUÊNCIA da decisão governamental de transferir para a administração do Hospital Visconde de Salreu, em Estarreja, dois milhões de euros, vai ser possível instalar, em virtude da assinatura de um protocolo entre aquela unidade hospitalar e o Ministério da Saúde, uma nova unidade de cuidados continuados, no âmbito da requalificação do Serviço Nacional de Saúde.

Os socialistas de Estarreja lembram, a este propósito, que quando sugeriram ao Governo que avançasse com esta obra proposta, feita aliás, como recordam, numa sessão da Assembleia Municipal, em 9 de Setembro de 2008, tanto o presidente da edilidade, do PSD, como os seus parceiros de coligação autárquica, o CDS/PP, “atacaram-nos tendo mesmo um dos representantes do CDS/PP garantido que nos daria um louvor e uma medalha de mérito municipal caso a presidente da Comissão Política Concelhia do PS, deputada Marisa Macedo, conseguisse convencer o Governo a mudar de posição”.

Acontece porém, dizem os socialistas, que a obra vai mesmo avançar “também graças ao envolvimento e disponibilidade” que o deputado e

presidente da Federação do PS de Aveiro, Afonso Candal, “deu desde o início a todo este processo”.

E vai avançar, porque o Governo e o Ministério da Saúde “acabaram por reconhecer a utilidade desta nova unidade e a validade dos argumentos apresentados pelos socialistas de Estarreja”.

Agora que o Executivo mostra abertura para avançar de facto com a nova unidade de cuidados continuados de Estarreja, toda esta problemática, diz o PS, passa a ficar centrada “nas cambalhotas que o presidente da Câmara e os seus parceiros de coligação têm vindo a dar sobre o assunto”, mas em três alternativas ou opções a que importa dar uma rápida resposta.

A primeira que passa por construir a nova unidade aproveitando o espaço disponível na cobertura do hospital existente. Uma segunda opção que seria recorrer à modernização das instalações do Lar da Santa Casa e do antigo Centro de Saúde, e, finalmente, uma terceira e última hipótese de trabalho, que passa por instalar a nova unidade nos terrenos por trás do hospital Visconde Salreu.

Como os estudos de avaliação a to-

das estas opções ainda se encontram um pouco atrasados, surge agora, na opinião dos socialistas, de forma “precipitada e oportunista” a Câmara Municipal a defender uma opção “que nem sequer está sobre a mesa”, e que passaria por construir o novo hospital, não em Estarreja, mas no concelho vizinho de Ovar.

O PS, perante esta “despropositada sugestão”, mostrou-se já absolutamente indisponível para a contemplar, considerando-a mesmo como “uma absoluta irresponsabilidade”.

Esta posição dos eleitos autárquicos do PSD/CDS de Estarreja só tem explicação, na perspectiva do PS, como resultado dos “constantes ziguezagues que estes partidos têm vindo a assumir ao longo de todo o processo”.

Depois de garantir o empenhamento total “até ao dia da inauguração”, o PS considera que foi graças à sua luta e determinação, que hoje é possível o concelho poder vislumbrar a curto prazo a concretização de um antigo desejo de passar a dispor no seu território de uma nova unidade hospitalar com as características das que ora estão a ser analisadas pelo Governo. **R.S.A.**

QREN

UM PROGRAMA BEM GERIDO

1. Pagamento de fundos estruturais em Portugal

Para falar da aplicação de fundos estruturais em Portugal em 2009 não se pode resumir a discussão ao QREN.

Por força da situação económico-financeira, o encerramento dos Quadros Comunitários de Apoio iniciados em 2000 (QCA) foi adiado, em todos os Estados-Membros, para 30 de Junho de 2009. Assim, em Portugal, neste momento, estão em execução três “pacotes” financeiros com co-financiamento comunitário associado à política de coesão:

- O QCA III (que encerra a 30 de Junho de 2009);
- O Fundo de Coesão II (que encerra a 31 de Dezembro de 2010);
- O QREN (que encerra a 31 de Dezembro de 2015).

Como é natural, há alguma comunicação entre os projectos que podem ser apresentados nos três quadros de financiamento. A avaliação do Governo na aplicação dos fundos estruturais deve, por isso, ser feita com dados sobre o conjunto deles.

O total de pagamentos realizados por estes três sistemas de apoio ao investimento e ao desenvolvimento em Portugal entre 1 de Janeiro de 2007 e 30 de Abril de 2009 ascendeu a 5.874 milhões de Euros. Deve até sublinhar-se que a injeção de recursos aumentou em 2008 face a 2007 (de 2.386 milhões para 2.674 milhões de euros), facto politicamente relevante atendendo a que a presente crise económica internacional se veio a manifestar em 2008.

Só por má fé se pode afirmar que o Governo não tem feito um esforço muito significativo de investimento no apoio ao desenvolvimento das pessoas e das empresas e à valorização do território.

2. Desempenho do QREN como “frente de onda”

Os sistemas europeus de apoio ao desenvolvimento não podem funcionar como meras transferências unilaterais dos Programas Operacionais para os beneficiários, sem o cumprimento prévio de obrigações morosas por parte destes últimos. Com efeito, há regras comunitárias bastante rígidas a cumprir e que estabelecem uma sequência temporal na execução das várias frentes de aplicação do QREN, a saber:

- 1.º, abertura de concursos → 2.º, apreciação do mérito das candidaturas e aprovação de financiamentos → 3.º, assinatura de contratos de financiamento → 4.º, execução física e financeira dos investimentos pelos promotores → 5.º, apresentação de pedidos de reembolso → 6.º, apreciação da regularidade da despesa realizada pelos promotores → 7.º,

pagamento da comparticipação comunitária aos promotores.

Naturalmente, o volume financeiro da execução começa por “encher” na frente 1 antes de se propagar à frente 2, desta à frente 3 e assim sucessivamente até se chegar à última fase, que é a dos pagamentos por reembolso aos promotores de investimento. Portanto, **só por demagogia grosseira ou ignorância tremenda alguém poderá pretender que o QREN tenha executado reembolsos aos promotores de verbas que eles ainda não tenham despendido.**

Com efeito, deve notar-se que, de acordo com a regra geral comunitária, os pagamentos, para serem feitos, têm que ser solicitados pelos promotores, e isso só pode acontecer após a realização dos investimentos, **responsabilidade que cabe aos promotores** (empresas, municípios, serviços da administração pública central e regional, organizações da sociedade civil) **e não à “máquina” do QREN.** Isto é assim porque os pagamentos são efectuados por reembolso da despesa previamente realizada pelos promotores, contra apresentação dos recibos emitidos pelos fornecedores do promotor.

Este comportamento em “frente de onda” significa que o QREN (como antes dele todos os outros períodos de programação) tem uma sequência de fases que não se podem ultrapassar.

A tabela seguinte [ver Tabela 1] evidencia o comportamento em onda na aplicação do QREN. A 31 de Março de 2009, os fundos aprovados representavam 24% dos fundos programados (os 21,4 mil milhões de euros de que o QREN dispõe para afectar até 2015), os fundos contratados com promotores constituíam 81,0% dos fundos aprovados e os fundos pagos a promotores valiam 19,4% dos fundos contratados. Devem salientar-se as taxas de crescimentos destas variáveis (“enchimento das várias ondas”). Nos oito meses decorridos entre o final de Julho de 2008 e o final de Março de 2009, as aprovações cresceram 230%, as contratualizações 353% e os pagamentos foram multiplicados 4,9 vezes. São taxas de crescimento que **exprimem com eloquência a dinâmica do QREN e como as suas várias frentes estão em actividade virtuosa**, apesar da envolvente externa resultante da crise económica internacional ter, inevitavelmente, efeitos na velocidade com que as ondas se propagam umas às outras, sobretudo nas fases em que o envolvimento dos beneficiários é indispensável.

Dito isto, explicada a regra geral comunitária segundo a qual os pagamentos aos promotores ocorrem por reembolso, após estes terem concluído os projectos de investimento com que

se comprometeram, deve chamar-se a atenção para algumas medidas de excepção que têm vindo a ser tomadas desde Abril de 2008.

Com efeito, em virtude da crise económica internacional e dentro dos limites da regra geral acima enunciada, o Governo tem vindo a promover medidas de excepção no sentido de encurtar o tempo necessário para afluir o financiamento comunitário à economia através da disponibilização de **adiantamentos** aos promotores.

No ponto 5 expõem-se estas e outras medidas que o Governo tem vindo a tomar no âmbito do QREN para responder à crise económica internacional.

3. Dados sobre aplicação do QREN (a 31/03/2009)

Concursos realizados

- Número total de concursos lançados: 545
- Destes foram já encerrados: 457

Aprovações

- Candidaturas aprovadas: 13 885
- Investimento total aprovado: 10 598 M€
- Fundos aprovados: 5 087 M€ (24% do total do QREN, dos quais 57% corresponde a FEDER+FC e 43% a FSE)

Contratos já assinados

- Número de contratos já assinados: 11 624 (84% das candidaturas aprovadas)
- Financiamento já contratado: 4 123 M€ (81% dos fundos aprovados, 19% da programação QREN)
- Pagamentos realizados a beneficiários: 801 M€ (19% dos fundos já contratados)
- Pagamentos realizados excedem despesa validada em 37% (reflexo dos adiantamentos)

Contratualização com municípios

- Contratualizados 1 426 M€ com todas as CIM (AM NUTS III) das regiões convergência e do Algarve
- Envolve 23 contratos, com as 26 CIM destas regiões, 259 municípios
- Corresponde a 6,6% do total do QREN, 7,5% dos fundos mobilizáveis no Continente

13,8% do FEDER do Continente sem assistência técnica, 25 a 30% dos POR

Adiantamentos a Portugal

- Portugal já recebeu da CE 1 638 M€ (FEDER+FC+FSE)

Eixos com maiores níveis de compromisso (percentagem da dotação do Eixo)

- POPH: Formação avançada 49,1%; Gestão e aperfeiçoamento profissional 35%
- POF: Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização 51,8%; Finan-

ciamento e Partilha de Risco da Inovação 30%

- POVT: Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional (FEDER) 48,5%
- PO Norte: Valorização e qualificação ambiental e territorial 40,4%
- PO Centro: Desenvolvimento das Cidades e Sistemas Urbanos 41,0%; Consolidação e Qualificação dos Espaços Subregionais 31,6%
- PO Lisboa – Competitividade, Inovação e Conhecimento 42,8%; Sustentabilidade Territorial 38,9%
- PO Açores FEDER: Redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades 48,5%; Compensar os sobrecustos da ultraperiféricidade 30,9%
- PO Madeira FSE: Educação e formação 37,9%

Prioridades do Governo bem reflectidas na execução do QREN

- Novas oportunidades: 63% do FSE aprovado
- Requalificação do parque escolar: 16% do FEDER+FC aprovado
- Estímulos às empresas: 38 % do FEDER+FC aprovado

Comparações internacionais

- Peça do “Diário de Notícias”, edição de 14/05/2009, p. 10, intitulada “Portugal entre os melhores na execução dos fundos”. Pode citar-se: “A taxa de execução do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) em Portugal está entre as cinco mais elevadas de toda a União Europeia (EU), contou ao DN uma fonte comunitária.”

4. Porque é que a taxa de execução é um indicador pobre para medir o desempenho do QREN?

A taxa de execução mede a relação entre o montante de despesa validada pelos Programas Operacionais (PO) e o total de despesa previsto no QREN para ser afectada entre 2007 e 2015. É um elemento importante de análise mas tem muito pouco significado no início dos ciclos de programação.

Com se verifica o “efeito de onda”, a execução só se consegue medir quando os projectos entram numa fase adiantada de execução e já há recibos de pagamentos que os promotores fizeram e pedem o seu reembolso às Autoridades de Gestão.

Até ao meio de um ciclo de programação como o QREN (que efectivamente arrancou em Novembro de 2007 e não foi porque tivesse havido qualquer atraso português)¹ é normal (sempre assim foi) que as taxas de execução sejam baixas porque os beneficiários estão a preparar os seus projectos e a arrancar com eles.

Hoje, no QREN, os pagamentos realizados aos promotores até são superiores aos pedidos de reembolso precisamente porque o Governo quis

introduzir mecanismos de adiantamento (que são excepcionais no FEDER face aos regulamentos comunitários).

O que importa agora evidenciar são os projectos que já estão aprovados (quase 14.000, representando um investimento total de quase 10,6 mil milhões de Euros) e o que já foi comprometido com beneficiários (24% do QREN, mais de 5.000 milhões de euros, já está comprometido com promotores de projectos de todo o tipo) e aí o QREN tem claramente um bom desempenho, sobretudo se se tiver em conta a envolvente externa de dificuldade e grande incerteza no investimento e de dificuldade no acesso ao crédito.

Mais, a execução do QREN está programada para ser realizada ao longo dos seus 9 anos (2007-2015) de forma aproximadamente linear. Ou seja, para ser executado a um ritmo próximo dos 11% por ano. Os 24% de comprometimento já atingidos no QREN estão, portanto, em linha com a taxa teórica de referência, **o que demonstra a bondade da trajectória em curso para se assegurar a plena absorção dos recursos comunitários.**

Nunca em nenhum ciclo de programação anterior e em nenhum país se atingiu uma taxa linear de execução, há sempre um desvio, com o ritmo de execução (no sentido estrito de pagamentos a promotores) a elevar-se nos últimos anos.

5. Tempos de decisão (comparação com QCA III)

O QREN é muito mais rápido do que os quadros anteriores.

Exemplo retirado dos primeiros concursos do Sistema de Incentivos do QREN [Ver gráfico].

O grande esforço que é exigido pelo Governo às Autoridades de Gestão do PO do QREN para que consigam responder às solicitações dos promotores, tanto no tratamento das candidaturas como na flexibilização dos circuitos financeiros, tem de ser sublinhado.

Não basta fazer bem, mas é preciso fazer no tempo certo. Isso tem sido constantemente pedido às estruturas que gerem o QREN e tem sido conseguido.

Ainda outro exemplo. Nos 42 concursos que o PO Factores de Competitividade já encerrou até 31/03/2009, a decisão é obtida, em média, em 97 dias, o que compara com os 166 dias que, em média, se demorava no PRIME2 do QCA III.

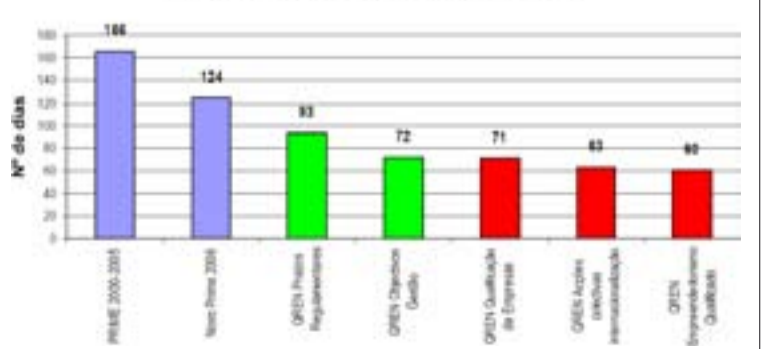
¹ Há bons argumentos para desmontar a crítica do atraso no arranque do QREN português e dos QREN de todos os demais Estados-Membros — razões europeias.

² PRIME: Programa Operacional do QCA III orientado para o investimento privado.

Evolução das “ondas” de aplicação do QREN

Mês	Concursos abertos	Candidaturas apresentadas	Candidaturas aprovadas			Contratos		Pagamentos				
			Número	Investimento total	Fundo	Número	Fundo	Fundo	Fundo			
último	Numero	Numero	valor (10 ⁶ euros)	valor (10 ⁶ euros)	em % do valor programado	valor (10 ⁶ euros)	em % do valor aprovado	valor (10 ⁶ euros)	em % do valor contratado			
Jul-08	297	20 031	7 253	4 038 132	2 207 018	10,3	2 679	1 166 384	52,8	203 896	17,5	
Out-08	375	21 573	10 879	7 220 127	3 661 684	17,1	8 534	2 726 200	74,5	364 545	13,4	
Jan-09	453	27 753	12 106	8 847 010	4 509 098	21,1	10 616	3 754 651	83,3	675 957	18,0	
Fev-09	504	28 111	13 087	9 862 784	4 731 480	22,1	10 900	3 926 356	83,0	742 384	18,5	
Mar-09	545	29 596	13 885	10 598 463	5 086 890	23,8	11 624	4 122 661	81,0	801 096	19,4	
Var % Mar09/Jul08						230					383	

Sistemas de incentivos - Prazo efectivo de decisão



OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

OS SENHORES DO DÉFICE

SEGUNDO as Previsões da Primavera da Comissão Europeia, o défice público em Portugal pode voltar a atingir a casa dos 6% tal como teria acontecido em 2004 e 2005, durante os consulados financeiros de Manuela Ferreira Leite e Bagão Félix, caso não tivesse havido recursos a receitas extraordinárias de duvidoso interesse económico no primeiro caso e uma correcção determinada do novo governo do PS no segundo.

Ferreira Leite e Bagão Félix vieram rapidamente procurar usar estas previsões para branquear o seu mau desempenho ao leme das finanças portuguesas. Não têm razão. Não são estas previsões que retiram àqueles dois políticos o triste epíteto de donos do défice!

De facto os défices de 2004 e projectados para 2005 não são comparáveis aos défices agora previstos para 2009 e 2010. Três razões fundamentais explicitam a diferença.

Em primeiro lugar em 2004 e 2005 a generalidade dos países europeus estava a cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento com

Os défices agora projectados para Portugal e os défices acumulados por Manuela e Bagão têm o mesmo nome e categoria económica, mas são opostos na sua formação e justificação

folga (alguns países como Espanha tinham mesmo superavit) e agora prevê-se que a quase totalidade tenham défices excessivos. Com Manuela e Bagão éramos incumpridores isolados e agora estamos envolvidos na onda da crise generalizada.

Em segundo lugar este défice é resultado de políticas concretas e conjunturais para mitigar a crise e promover a recuperação. Não é um défice estrutural nem anula os ganhos estruturais conseguidos nesta legislatura.

Finalmente este défice incorpora a projecção dum plano ambicioso de investimentos nas escolas, nas energias renováveis, nas redes de nova geração e nas grandes infra-estruturas logísticas, melhorando o potencial competitivo do país, enquanto o défice de Manuela e Bagão não deixou nada de novo a não ser a factura para pagar e a sustentabilidade financeira para recuperar.

Os défices agora projectados para Portugal e os défices acumulados por Manuela e Bagão têm o mesmo nome e categoria económica, mas são opostos na sua formação e justificação. Com Manuela e Bagão as contas públicas derraparam. Agora elas estão a sofrer o impacto duma crise global e a procurar ser parte da solução para ela.

Vital Moreira exorta eleitorado a votar nas eleições para o Parlamento Europeu

A actual crise económica e financeira internacional veio reforçar a necessidade de uma Europa mais forte, capaz de coordenar e implementar respostas consistentes e eficazes para superar a recessão e relançar a economia. Por isso, as eleições para o Parlamento Europeu assumem, na opinião de Vital Moreira, um carácter “absolutamente determinante” para a construção futura da União Europeia.

PARA o cabeça-de-lista do PS às europeias, nenhum agente político poderá excluir-se agora de tentar persuadir o eleitorado da importância destas eleições, lembrando que o hemiciclo de Estrasburgo, não só tem influência sobre a decisão da atribuição dos fundos comunitários, mas que as suas resoluções induzem de facto, e de forma determinante, o “quotidiano de todos nós”.

A este propósito, defendeu “a absoluta necessidade” de, o mais rápido possível, a Europa “ratificar o Tratado de Lisboa e a Carta dos Direitos do Cidadão Europeu que lhe está associada”.

O cabeça de lista do PS falava num debate com estudantes da escola de Direito e de Economia e Gestão, da Universidade do Minho, em Braga, no périplo que está a realizar pelo país no âmbito da pré-campanha para o Parlamento Europeu.

Considerando que as eleições europeias “são tão importantes para as políticas europeias como as nacionais o são para a vida interna de cada país”, Vital Moreira não deixou de referir, contudo, que em muitos casos “as eleições europeias são, para certas áreas, tão ou mais importantes que as de âmbito nacional”.

Uma candidatura de ideias

Já em Torres Vedras, durante uma sessão de esclarecimento o candidato socialista disse que a campanha que vai desenvolver será baseada em “propostas” e não “no insulto, atitude que, na sua perspectiva, “só serve para distrair os cidadãos dos assuntos europeus”.

Garantindo que baseará a sua campanha eleitoral em propostas sérias, Vital Moreira é da opinião que só uma campanha direccionada para discutir os temas europeus é que poderá trazer um maior conhecimento para os cidadãos das questões políticas relacionadas com a Europa.

O Bloco Central é uma ilusão

Por sua vez, em Torres Novas, mas a propósito das próximas eleições legislativas, Vital Moreira ouviu o secretário-geral do PS referir-se ao eventual Bloco Central, “como uma ilusão”. José Sócrates manifestou a convicção de que a maioria absoluta



do PS “é a melhor forma de garantir a estabilidade política e a de ajudar as pessoas a enfrentarem a crise”.

Para o primeiro-ministro, o que vai estar em jogo nas legislativas é saber se as pessoas vão querer escolher um governo de centro-esquerda, liderado pelo Partido Socialista ou um bloco político de direita.

Portugal não precisa, em sua opinião, “de somar incerteza política àquilo que é já incerteza económica”, sendo que a melhor forma de garantir a estabilidade política passa por “dar ao PS uma maioria absoluta nas próximas eleições legislativas”.

Um cenário em tudo idêntico coloca-se igualmente ao eleitorado, como referiu o secretário-geral do PS, em relação às próximas eleições para a Europa.

Na perspectiva do líder socialista, também à escala europeia, os portugueses terão que definir o caminho que pretendem seguir, optando entre aqueles “que querem fazer alguma coisa e responder à crise”, nomeadamente implicando o Estado como parte da solução, ou escolher aqueles que, “por preconceito ideológico”, preferem que tudo fique na mesma só porque “temem que os Estados possam adquirir um peso maior na economia”.

Em defesa do TGV

Já em Évora, acompanhado pelo eurodeputado Capoulas Santos e pelo coordenador do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa, Carlos Zorrinho, Vital Moreira manifestou o seu total apoio ao avanço do comboio de alta velocidade (TGV), considerando ser este equipamento um elo privilegiado na ligação de

Portugal ao centro da Europa.

Perante as críticas oriundas sobretudo da direita, questionou o sentido de se defender o adiamento do TGV, “ficando assim o país de fora desta iniciativa”, quando aqui ao lado em Espanha, os “nossos vizinhos estão empenhadíssimos no alargamento da rede ferroviária de alta velocidade?”.

Para Vital Moreira, tanto o TGV, como o novo aeroporto de Lisboa, em Alcochete, como ainda as plataformas logísticas ou as novas barragens, para além de constituírem uma importantíssima mais-valia para o país do ponto de vista económico, perfazem ainda, “uma componente significativa em termos do emprego qualificado”.

Vital Moreira, depois de expressar confiança numa vitória socialista nas eleições do próximo dia 7 de Junho, não deixou de mostrar, perante os muitos militantes e simpatizantes presentes neste encontro de Évora, o seu empenhamento no combate à abstenção, considerando ser esta uma “responsabilidade e um dever cívico em política”.

Na véspera, em Leiria, em mais uma sessão de apresentação do seu manifesto eleitoral, o cabeça de lista socialista tinha defendido a importância do tratado de Lisboa, argumentando que a nova legislação representa mais transparência na atividade das instituições europeias.

Lei italiana sobre emigração é desviante do espírito europeu

Já em Coimbra, ao lado do seu mandatário, António Arnaut, manifestou a sua mais profunda preocupação, “revolta e estupefacção”, pela aprovação recente da nova lei italiana sobre emigração.

Para Vital Moreira, trata-se de uma “agressão civilizacional” que contraria tudo o que a União Europeia tem vindo a defender, uma política comum de emigração humanista, “signatária dos direitos de cidadania e dos direitos humanos dos emigrantes”.

O candidato socialista frisou que esta nova lei italiana sobre emigração conseguiu atingir os contornos da perversidade, já que a partir da sua aprovação passará a ser crime, não só a oferta de emprego ou de alojamento a emigrantes clandestinos, como igualmente passará a ser obrigatório a denúncia de emigrantes clandestinos.

Também António Arnaut usou da palavra justificando o seu regresso à política activa “por razões de amizade para com Vital Moreira”, mas também pelo “dever de participar numa eleição de tão grande importância para o país e de enorme impacto afectivo para o Partido Socialista”.

Dias depois, em Castelo Branco, na apresentação do manifesto eleitoral, “As pessoas para a Europa”, teve ocasião de responder por vídeo e online a diversas questões colocadas pelos utilizadores do site www.socrates.pt.

Meios tecnológicos

Atento às novas tecnologias e à importância que elas representam no mundo global em que vivemos, a candidatura socialista às europeias, lançou, entretanto, um espaço no twitter, que constituirá mais um meio onde se pretende dar a conhecer os principais actos da campanha socialista, iniciativa a que se juntará também o “blogue” da campanha do PS nas eleições para o Parlamento Europeu.

Depois de Castelo Branco, o candidato deslocou-se a Oliveira do Hospital, onde participou com o antigo dirigente socialista António Campos, num debate sobre a “Europa e o Desenvolvimento Regional”, tendo ainda visitado o Centro de Reabilitação da Santa Casa da Misericórdia de Galizes e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Mais tarde, já em Vila do Conde, em mais uma acção de campanha, o candidato reuniu-se num mega-jantar com mais de mil apoiantes. **R.S.A.**

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa